



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA – PPGFSC**

CRISTIANE DA PAIXÃO LIMA SENA

**TRAJETÓRIA DE MULHERES DO BOM SAMARITANO: LUTAS E PROJETOS DE
VIDA DE MÃES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIA DA PENÍNSULA DE
ITAPAGIPE/SALVADOR**

Salvador
2026

CRISTIANE DA PAIXÃO LIMA SENA

**TRAJETÓRIA DE MULHERES DO BOM SAMARITANO: LUTAS E PROJETOS DE
VIDA DE MÃES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIA DA PENÍNSULA DE
ITAPAGIPE/SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea. Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Petrini

Salvador
2026

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

S474 Sena, Cristiane da Paixão Lima

Trajatória de mulheres do Bom Samaritano: lutas e projetos de vida de mães negras chefes de família da Península de Itapagipe/Salvador / Cristiane da Paixão Lima Sena. – Salvador, 2026.

69 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Petrini.

1. Família 2. Mulheres Negras 3. Chefia Feminina 4. Estratégia de Sobrevivência 5. Projeto de Vida I. Petrini, Giancarlo – Orientador II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 316.356.2-055.2

TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTIANE DA PAIXÃO LIMA SENA

**“TRAJETÓRIA DE MULHERES DO BOM SAMARITANO: LUTAS E
PROJETOS DE VIDA DE MÃES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIA DA
PENÍNSULA DE ITAPAGIPE/SALVADOR”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre (a) em
Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 26 de março de 2026.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Giancarlo Petrini (Orientador - UCSAL)
Documento assinado digitalmente
 SUMAIA MIDLEJ PIMENTEL SA
Data: 14/04/2026 13:46:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Sumaia Midlej Pimentel Sá (Examinadora Interna - UCSAL)

Assinado de forma digital por
FERNANDA MARIA COSTA CERQUEIRA
Data: 20260429 1729:20
+03'00'

**Profa. Dra. Fernanda Maria Costa Cerqueira (Examinadora Externa -
UNINASSAU)**

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por sua infinita bondade e misericórdia por ter traçado o meu caminho. Ele é todo-poderoso e sempre está presente em todos os momentos da minha vida.

Ao meu orientador, Sr. Giancarlo Petrini, registro minha profunda gratidão pelos ensinamentos compartilhados, pela inteligência que tanto me inspirou e, sobretudo, pela paciência com que conduziu cada etapa deste processo. Sua orientação foi fundamental não apenas para a realização desta pesquisa, mas também para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Ao meu marido Igor de Macedo Sena, companheiro de todas as horas, agradeço por estar sempre ao meu lado, me apoiando, incentivando e acreditando em mim, mesmo quando eu duvidava de mim mesma. Sua presença foi o alicerce que me manteve firme e determinada.

Ao meu filho, Miguel Lima Sena, que é minha maior motivação, agradeço pelo amor puro que me encheu de esperança e me deu forças para transformar cansaço em coragem. Cada sorriso seu foi combustível para que eu chegasse até aqui.

À minha mãe, Eliene Maria da Paixão, à minha avó, Benedita da Paixão Ramos, e às minhas tias – mulheres negras, guerreiras e vitoriosas – rendo uma homenagem especial. Carrego em mim a força de suas histórias, a coragem de suas lutas e a dignidade de suas vitórias. Vocês são minhas raízes e também minhas asas: raízes que me firmam na terra e me lembram de onde venho, asas que me impulsionam a sonhar e acreditar que posso ir além. Esta conquista é herança da resistência de vocês, que abriram caminhos com fé, coragem e amor.

Ao Projeto Bom Samaritano, em especial, ao idealizador do projeto, o reitor da Igreja do Senhor Bom Jesus do Bonfim Padre Edson Menezes, muito obrigada por mais uma oportunidade. Essa parceria representou não apenas uma contribuição científica, mas também um aprendizado humano e social de valor imensurável.

À minha amiga muito especial, Aucília Maria Santana Silva, que desde o início me encorajou e acreditou no meu sonho, deixo registrada toda a minha gratidão. Seu incentivo constante e sua confiança em mim foram essenciais para que eu não desistisse.

A cada um de vocês, deixo o meu amor e a certeza de que esta vitória também lhes pertence.

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar como as mulheres negras chefes de famílias atendidas pelo projeto Bom Samaritano, conseguem desenvolver estratégias de sobrevivência e projetos de vida. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma investigação empírica e exploratória, inserida no contexto de um estudo qualitativo. Os dados foram obtidos da seguinte forma: foi realizada uma entrevista semiestruturada com as mulheres, levando em consideração sua trajetória de vida e seu contexto familiar, sua assunção da chefia familiar, estratégias de sobrevivência e projetos de vida. Os resultados revelaram que a assunção da chefia feminina, no caso das mulheres entrevistadas, se dá em decorrência do abandono do seu cônjuge, da violência conjugal e da precariedade das políticas: a educação formal é um dos pilares para melhorar a condição de vida da família; o programa de transferência de renda, por si só, não rompe com a extrema pobreza, porém é essencial e oferece suporte emergencial. No que se refere a ser uma mulher negra chefe de família, essa condição é marcada por exaustão e por um processo de desgaste, associado à sobrecarga de responsabilidades na manutenção da vida familiar. Mesmo assim, essas mulheres pensam em mudar seu destino, principalmente o de seus filhos. Ao final deste estudo, propõe-se uma reflexão com o presidente nato, os colaboradores e voluntários, com o intuito de compreender melhor essas mulheres e suas dificuldades, a fim de construir um olhar diferenciado, que possa compreender melhor suas dificuldades e auxiliá-las.

Palavras-chave: Família. Mulheres negras. Chefia feminina. Estratégias de sobrevivência. Projeto de vida.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how Black women heads of households served by the Good Samaritan project manage to develop survival strategies and life plans. The research was developed from an empirical and exploratory investigation, inserted in the context of qualitative study. The data were obtained through a semi-structured interview with the women, taking into account their life trajectory and family context, their assumption of headship of the family, survival strategies, and life plans. The results revealed that the assumption of female headship in the case of the women interviewed, through abandonment by their spouse, domestic violence, and precarious policies: formal education is one of the pillars to improve the family's living conditions; the income transfer program alone does not break with extreme poverty, but it is essential, providing emergency support. Regarding being a Black woman head of household, it is marked by exhaustion, a process of burnout, characterized by the overwhelming responsibility of maintaining family life; even so, these women think about changing their destiny, especially that of their children. Concluding this study, a reflection is proposed with the president, collaborators, and volunteers to better understand the difficulties of the Good Samaritan Project, a differentiated perspective on these women, single mothers, in order to better understand their difficulties and assist them with their needs.

Keywords: Family. Black women. Female headship. Survival strategies. Life project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Estimativa das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família Brasil – 3o trimestre de 2022.....	26
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias analíticas das entrevistas com mulheres negras chefes de família	44
Quadro 2 – Estratégias de sobrevivência econômica das entrevistadas, por categoria analítica	46
Quadro 3 – Significados atribuídos pelas entrevistadas a “ser mulher negra chefe de família”	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECIFICOS	14
2	METODOLOGIA.....	16
2.1	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	16
2.2	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO.....	16
2.3	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	17
2.4	ASPECTOS ÉTICOS.....	17
2.5	RISCOS E BENEFÍCIOS.....	18
3	TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FAMILIAR E A CHEFIA FEMININA NEGRA	19
3.1	DIVERSIDADE NOS ARRANJOS FAMILIARES: FAMÍLIA TRADICIONAL X FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA.....	21
3.2	FAMÍLIA MONOPARENTAL CHEFIADA POR MULHERES NEGRAS	25
4	ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO COTIDIANO	30
4.1	ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	30
4.2	DESAFIO DAS MULHERES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIAS	31
4.3	SOBREVIVER PARA EXISTIR: TRAJETÓRIA DA MULHER NEGRA	32
4.4	ENTRE A PERMANÊNCIA E A RUPTURA	34
4.5	PROJETOS DE VIDA: UMA PERSPECTIVA DE FUTURO E INSERÇÃO SOCIAL	36
4.6	MULHERES NEGRAS E PROJETOS DE VIDA :ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DIANTE AS ADVERSIDADES	38
5	CAPITAL SOCIAL UM CAMINHO DE SAÍDA	40
6	APRESENTAÇÃO DOS DADOS COM ENTREVISTAS.....	42
6.1	DADOS DEMOGRÁFICOS DAS SEIS MULHERES ENTREVISTADAS	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	57
	APÊNDICE B – Termo de Confidencialidade.....	60
	APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista	61
	ANEXO A – Termo de Compromisso de Atendimento Psicológico	63
	ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética	64

ANEXO C – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos	68
ANEXO D – Carta de anuência	69

1 INTRODUÇÃO

Razões diversas me levaram a cursar o Mestrado: o primeiro foi o incentivo de minha amiga Aucília, que também fez esse mestrado. Sempre que a gente se encontrava, ela falava que eu tinha que fazer também, e me emprestou vários textos para eu ter base para fazer o projeto do mestrado. O segundo motivo foi minha atuação como assistente social, no próprio Projeto Bom Samaritano, no qual, posteriormente, eu desenvolvi minha pesquisa. Eu queria entender um pouco, mas a fundo sobre a trajetória de vida das mulheres atendidas por mim o interessante é que durante a pesquisa eu pude deixar de lado o pensamento que tinha em relação às mulheres pesquisadas eram acomodadas com os benefícios sociais. O terceiro motivo da escolha do tema, foi uma identificação com minha própria história, visto que sou filha de uma mulher negra, mãe solo e chefe de família. Eu também vivi um pouco nessa história, que eu queria relatar.

O interesse pela temática levou à elaboração desse trabalho desta pesquisa com o intuito de responder à seguinte questão: Como as estratégias e as experiências de vida das mulheres negras, mães solo e chefes de família, em situação de vulnerabilidade na Península de Itapagipe, revelam as estratégias de sobrevivência e os projetos de autonomia construídos em meio às desigualdades sociais, econômicas e raciais?

Esta pesquisa foi desenvolvida com as mulheres que são beneficiárias do Projeto Bom Samaritano. Trata-se de uma obra social sem fins lucrativos, beneficente e religiosa, vinculada à Basílica do Senhor do Bonfim/Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim, que atende pessoas carentes de Salvador, as quais se encontram em vulnerabilidade social e financeira e, em sua maioria, são mães solo e beneficiárias de algum programa de transferência de renda. Nesse projeto, oferecem-se às beneficiárias ações positivas voltadas à transformação de suas realidades sociais, promovendo, assim, o resgate da dignidade da pessoa humana. Nesses movimentos familiares, as pessoas se descobrem como sujeitos políticos, capazes de contribuir para as transformações da realidade.

Para isso, foi necessário uma revisão bibliográfica, a partir do estudo de teses e dissertações de autores que já pesquisaram sobre mulheres negras chefes de família.

A escolha do recorte – mulheres negras mães solo e chefes de família – se justifica pela relevância de compreender um segmento social que, ao mesmo tempo em que ocupa posição central na manutenção da vida doméstica e comunitária, encontra-se historicamente submetido a condições de vulnerabilidade social, econômica e racial. As participantes da pesquisa residem na região da Península de Itapagipe, em Salvador, espaço marcado por

contrastes urbanos e desigualdades socioeconômicas. Nesse contexto, as experiências dessas mulheres revelam não apenas os obstáculos impostos pela pobreza, mas também as estratégias de sobrevivência e os projetos de vida que elaboram na busca por autonomia, dignidade e reconhecimento social.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresento a metodologia: são apresentados os procedimentos metodológicos, as características do campo de pesquisa, o perfil dos sujeitos e os procedimentos de coleta de dados. No segundo capítulo, abordo uma revisão de literatura sobre a instituição família, alguns conceitos, suas mudanças e sobre a chefia feminina negra. Nele, apresento as transformações da estruturação familiar e a chefia feminina. O referencial teórico aqui utilizado apoiou-se em autores como: Ariès (1981), Gonzalez (1988), Sarti (2011), Giddens (2003), Carneiro (2003), Saffioti (2004), Bruschini (2007), Fonseca (2007).

O terceiro capítulo, abordo a trajetória de sobrevivência, os desafios que a mulher negra encontra e a construção do projeto de vida, tendo como referencial teórico autores como: Petrini (2003), Gonzalez (1984), Castel (1998), Sawaia (1999), Carneiro (2003), Putnam (2000), Petrini e Dias (2015), Piedade (2017), Ribeiro (2019), Akotirene (2019).

No quarto capítulo, apresento o capital social, trazendo a possibilidade de um caminho para se ter um bom convívio na sociedade. Aqui, mobilizo os seguintes autores: Bourdieu e Wacquant (1992), Roison, Siles e Schumid (2003) e Petrini e Dias (2015). Por fim, no quinto e último capítulo, trago as considerações acerca dos resultados da pesquisa de campo.

A cidade de Salvador/BA tem aproximadamente 2.418.005 pessoas, sendo a segunda capital com maior número de pessoas vivendo em favelas, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), baseada nos dados do Censo de 2022, e é a décima terceira (13^a) cidade mais violenta do mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) (Correio [...], 2014). Entre 2020 e 2021, a população em situação de pobreza em Salvador cresceu 44,2%, ou seja, 284 mil pessoas, o maior aumento absoluto entre as capitais do Brasil, de acordo com o Censo 2022 do IBGE. Em 2021, 937 mil pessoas da capital estavam abaixo da linha da pobreza, o que representa 33,2% da população. Os números são os mais elevados desde 2012 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

As mulheres entrevistadas pertencem à população da Península de Itapagipe, território com 164.264 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), o que corresponde a 6,14% da população de Salvador. No último trimestre de 2023, a taxa de desemprego entre mulheres negras foi de 9,2%, enquanto a média nacional foi de 7,4%, isto é,

cerca de 2 pontos percentuais acima da média.

No que se refere ao perfil demográfico do território, as mulheres representam 54% da população e, quanto à autodeclaração de cor/raça, observa-se a predominância de pessoas negras, que correspondem a 83,16% dos residentes, sendo 57,15% pardos e 26,02% pretos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024). A Península de Itapagipe localiza-se entre a Baía de Todos os Santos e as águas internas da Enseada dos Tainheiros e é composta por 14 bairros: Boa Viagem, Bonfim, Calçada, Caminho de Areia, Mangueira, Mares, Massaranduba, Monte Serrat, Ribeira, Roma, Santa Luzia, Uruguai e Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro. Quanto à distribuição por faixa etária, 23,7% estão entre 0 e 14 anos; 27,1%, entre 15 e 29 anos; 23,2%, de 30 a 44 anos; 15,4%, de 45 a 59 anos; e 10,6% têm 60 anos ou mais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Diante desses fatos, foram entrevistadas 6 mulheres moradoras da região de Itapagipe (Massaranduba e Uruguai), as quais são chefes de família, beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família¹ e assistidas pelo Projeto Bom Samaritano.

Essas mulheres não são apenas assistidas pelo Projeto Bom Samaritano; elas também realizaram o curso de “Vendas para Todos” e/ou o “Preta 40+”, oferecidos pela Instituição Humana Brasil. O primeiro tem como objetivo capacitar indivíduos de 18 a 39 anos, que se encontram em vulnerabilidade social, em técnicas de vendas e encaminhá-los para o mercado de trabalho. O segundo promove oportunidades de geração de renda e de profissionalização, gerando autonomia para mulheres negras acima de 40 anos, a partir da capacitação técnica e empreendedora na área de alimentos e do empoderamento feminino, com oficinas dedicadas à discussão sobre inclusão, diversidade e direitos humanos.

A Humana Brasil foi fundada em maio de 2007 e é uma instituição sem fins lucrativos, cuja missão é estimular o desenvolvimento em seu sentido mais amplo, especialmente por meio do estabelecimento e execução de projetos que visam compartilhar conhecimentos, habilidades e capacitações com os indivíduos e as comunidades que necessitam de auxílio para superar a pobreza e as circunstâncias desumanas em que vivem.

1.1 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECIFICOS

O interesse pela pesquisa surgiu de uma inquietação durante a trajetória pessoal e

¹ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo Federal, que garante renda para as famílias em situação de pobreza.

profissional como assistente social da autora, durante os atendimentos realizados no projeto Bom Samaritano às assistidas. Durante a trajetória pessoal, a autora viu as dificuldades de sua mãe, uma mulher negra, mãe solo, filha mais velha, também de uma mulher negra e mãe solo, não foi fácil toda essa luta, mas hoje percebe-se que essa família não se limitou apenas às dificuldades e que, com as estratégias de sobrevivência, elaborou seu projeto de vida. A partir dos atendimentos no projeto, percebe-se que a trajetória de algumas beneficiária não foi diferente a essa situação, mulheres essas que diante das desigualdades estruturais assumiram o protagonismo da manutenção de sua família.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é compreender as trajetórias e as experiências de vida de mulheres negras, mães solo e chefes de família atendidas pelo projeto Bom Samaritano, analisando como suas narrativas revelam a interseção entre vulnerabilidade social, desigualdades raciais e as estratégias de sobrevivência e autonomia que constroem. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: conhecer o contexto familiar, comunitário e social das participantes, destacando a atuação delas como chefes de família na região da Península de Itapagipe; analisar as estratégias e táticas de subsistência utilizadas por essas mulheres para garantir o sustento, o cuidado e a proteção de seus membros familiares; e investigar de que forma as mulheres constroem e mantêm seus projetos de vida, autonomia e dignidade, articulando suas experiências com as ações de transformação social promovida pelo Projeto Bom Samaritano.

2 METODOLOGIA

A proposta metodológica orienta-se pela pesquisa qualitativa, uma vez que busca compreender os significados, vivências, percepções e estratégias construídas por mulheres negras que assumem a chefia da família, considerando os contextos sociais, econômicos e culturais nos quais estão inseridas. Segundo Minayo (2014), a abordagem qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a apreensão das complexidades das experiências sociais e subjetivas das entrevistadas, não se restringindo à mensuração de dados, mas à interpretação atribuída por elas às suas trajetórias.

A abordagem qualitativa centra-se na experiência humana e no reconhecimento de sua complexidade e preocupa-se com a compreensão das visões e interpretações dos diferentes atores sobre fenômenos sociais, bem como do significado e da intencionalidade que estes últimos lhes atribuem (Minayo, 2014). Nessa linha de raciocínio, Goldenberg (2011) entende que os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado e sentido para o grupo pesquisado. Alinhadas com tais contribuições e dada a natureza do objeto deste estudo, optou-se por partir de um enfoque metodológico de cunho qualitativo.

Trata-se de um estudo de natureza descritiva e interpretativa, pois descreve as condições de vida, os desafios e as estratégias dessas mulheres, ao mesmo tempo em que interpreta tais experiências à luz do referencial teórico sobre gênero, raça, classe e chefia de família.

2.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Delimitou-se enquanto critério de inclusão para as pessoas participantes desta pesquisa: 6 mulheres, com idades entre 35 e 47 anos, negras, mães solo e chefes de família, que possuem um ou mais filhos com até 20 anos, que participaram do Projeto Preta 40+ e/ou do Projeto Vendas para Todos, realizados em parceria com a instituição Humana Brasil e com o Projeto Bom Samaritano, e que sejam beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.

2.2 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Como critério de exclusão, não participaram da pesquisa aquelas que não assinaram o

Termo Livre Esclarecido (TCLE) ou não se encaixaram nos critérios de inclusão (mulheres casadas e/ou com companheiro, que não têm filhos e quem não residem em um dos bairros da Península de Itapagipe, preferencialmente em Massaranduba e Uruguai).

2.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, orientadas por um roteiro previamente elaborado, composto por questões abertas que abordam aspectos relacionados às trajetórias de vida, à assunção da chefia familiar, aos desafios cotidianos, às estratégias de sobrevivência, às redes de apoio e ao capital social e aos projetos de vida.

A escolha da entrevista semiestruturada justifica-se por possibilitar equilíbrio entre direcionamento temático e liberdade de expressão, permitindo que as entrevistadas narrassem suas experiências de forma espontânea, a partir de suas próprias referências e significados (Richardson, 2012).

Para garantir o anonimato e a confidencialidade das informações, as participantes foram identificadas por meio de códigos alfanuméricos (E1, E2, E3...), conforme os princípios éticos da pesquisa em Ciências Humanas.

As participantes da pesquisa foram convidadas a contribuir com este estudo voluntariamente por meio do TCLE.

No momento da entrevista, a pesquisadora se deterá em um roteiro de questões para a coleta de dados junto às participantes da pesquisa. Entretanto, caso, no decorrer da entrevista, sejam levantados novos questionamentos, sua inclusão será possível, de acordo com a disponibilidade do sujeito.

A análise das entrevistas foi feita mediante a análise de conteúdo que segundo Richardson (2012, p. 223), busca “compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características e extrair os momentos mais importantes”.

2.4 ASPECTOS ÉTICOS

Após o envio do projeto para análise através na Plataforma Brasil, com o título: “Trajetória de mulheres do Bom Samaritano: lutas e projetos de vida de mães negras chefes de família da Península de Itapagipe/Salvador”, e sua aprovação pelo Comitê de Ética em 23 de setembro de 2025, sob o número do parecer 7.852.885, a pesquisa de campo foi viabilizada.

Realizou-se o convite e a assinatura do TCLE pelas participantes, em conformidade com os princípios éticos estabelecidos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual versa sobre a pesquisa envolvendo seres humanos. Essa resolução, que se fundamenta nos princípios da bioética, como autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, tem por objetivo garantir os direitos e deveres tanto da comunidade científica quanto das participantes da pesquisa e do Estado. Todos os documentos digitais obtidos durante a realização da pesquisa e todas as informações seguem as disposições Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.853/2019.

2.5 RISCOS E BENEFÍCIOS

Essa entrevista envolve mulheres que se encontram em vulnerabilidade social. Assim, os possíveis riscos e desconfortos associados ao estudo foram reduzidos ao mínimo, uma vez que o foco da pesquisa são questões pessoais e subjetivas das participantes. Caso surgissem, a pesquisadora responsável encaminharia, se necessário, para acolhimento psicológico com a psicóloga Ilce Blumetti, CRP 03/198. Um dos benefícios da pesquisa foi a ampliação da compreensão sobre as transformações nas famílias brasileiras. Estudar a trajetória de vida dessas mulheres, suas estratégias de sobrevivência e seus projetos de vida fez com que a pesquisadora direcionasse melhor a forma de atendimento a elas.

3 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FAMILIAR E A CHEFIA FEMININA NEGRA

Independentemente da sua estruturação familiar, percebe-se que nela se criam laços de confiança mútua entre os seus membros. Isso se torna importante para a convivência familiar. Nesta seção, são apresentados conceitos de família na contemporaneidade e da família monoparental chefiada por mulheres negras.

A família é uma das instituições sociais mais importantes, pois realiza funções essenciais de socialização inicial, cuidado, proteção e transmissão de valores culturais. No entanto, as mudanças sociais, econômicas e culturais, que se intensificaram nas últimas décadas, têm gerado alterações significativas em sua estrutura e em seu funcionamento.

Essas mudanças possibilitaram novas configurações familiares ou será que essas configurações já existiam só não era legitimadas? A família é homogênea ou apresenta diferentes configurações, que, ao mesmo tempo em que refletem a dinâmica das sociedades modernas, também desafiam as concepções tradicionais que, por muito tempo, definiram a família como um núcleo estável, heteronormativo e rigidamente hierárquico. Assim, é relevante explorar como esses conceitos de família se formam e quais são os efeitos de sua presença em contextos de desigualdade social.

Nesse cenário, torna-se essencial analisar as famílias chefiadas por mulheres, em especial aquelas constituídas por mães solo, que assumem simultaneamente a responsabilidade pela provisão material, pela educação dos filhos e pela preservação dos vínculos afetivos.

A complexidade desse arranjo é ampliada quando se considera a condição de mulheres negras em situação de pobreza, pois a realidade vivenciada por essas famílias resulta da intersecção de múltiplos eixos de desigualdade: gênero, classe e raça. Tal combinação não apenas aprofunda os obstáculos enfrentados por essas mulheres, mas também evidencia a necessidade de compreender suas trajetórias a partir de uma perspectiva interseccional, capaz de revelar os mecanismos de opressão que operam de forma articulada e, ao mesmo tempo, as estratégias de resistência e de agência que emergem no seu cotidiano.

As transformações no conceito legal de família tornam evidente a diversidade de configurações familiares, como as famílias monoparentais, uniões homoafetivas, famílias recompostas, extensas e outras combinações que se distanciam do modelo nuclear tradicional. Essas mudanças refletem alterações significativas nas formas de convivência, nas relações de parentesco e nas expressões de afeto, evidenciando que a família é uma entidade flexível, dinâmica e em contínua evolução.

Nesse contexto, Ariès (1981) destacou que a família é uma construção histórica, cuja forma e função mudam ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais. Giddens (2003) discute ainda a ascensão do que ele chama de “vínculo puro”, sugerindo que as relações afetivas atuais se sustentam cada vez mais em escolhas pessoais e no afeto, em vez de obrigações rigidamente definidas pela tradição.

Sarti (2011) complementa essa visão ao afirmar que a família deve ser entendida como uma construção social sujeita a transformações constantes, sendo essencial abordá-la como um tema de pesquisa interdisciplinar, que pode opor o que se perpetua e o que se rompe nos modos de viver e de relacionamento.

Portanto, entende-se que, ao discutir a temática da família, deve-se tomar como base as mudanças sociais e as interferências oriundas da sociedade ocorridas na sociedade, nas suas diferentes esferas, as quais favorecem mudanças na dinâmica e na estrutura familiar, o que provoca alterações em seu padrão tradicional de organização.

A partir da década de 1960, a família passou por transformações significativas, especialmente em decorrência da inserção da mulher no mercado de trabalho, processo que alterou de modo profundo a divisão sexual do trabalho e o modelo tradicional de organização doméstica. A contribuição feminina para o sustento do lar não apenas modificou as dinâmicas internas familiares, mas também repercutiu nas formas de socialização e nos processos educativos dos filhos (Saffioti, 2004; Bruschini, 2007).

Paralelamente, outros fatores contribuíram para a reconfiguração do modelo familiar clássico, entre os quais se destacam a ampliação do direito ao divórcio, a queda das taxas de natalidade, a crescente aceitação de uniões livres e consensuais e a progressiva visibilidade das uniões homoafetivas. Giddens (2003) interpreta essas transformações como parte de uma modernidade reflexiva, na qual as relações afetivas passam a ser cada vez mais pautadas pela autonomia individual e pela negociação.

No contexto brasileiro, Sarti (2004) ressalta que tais mudanças não significaram a substituição de um modelo por outro, mas, sim, a coexistência de diferentes formas de família, evidenciando a pluralidade de arranjos e a necessidade de compreendê-los à luz dos contextos socioeconômicos e culturais nos quais se inserem.

3.1 DIVERSIDADE NOS ARRANJOS FAMILIARES: FAMÍLIA TRADICIONAL X FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Ao longo da história, a ideia de família esteve frequentemente ligada a uma formação baseada em vínculos de sangue, em relações heterossexuais e cisgêneros, e a definições rigorosas dos papéis de gênero masculino e feminino. Durante um longo período, esse modelo foi visto como o padrão adequado e legítimo para a sociedade. A família era compreendida como uma unidade composta por pais e filhos, cuja função envolvia a proteção, a educação e a transmissão de valores culturais (Fortes, 1975).

No paradigma convencional, a família é entendida como uma unidade fundamentada nos laços de sangue, que representa a base legítima para a formação de vínculos afetivos. Essa visão, conforme salientado por Ariès (1981), foi historicamente desenvolvida, associando a família biológica à sucessão de gerações. Esses laços sanguíneos e a herança biológica eram considerados essenciais para a transmissão de valores, bens e a continuidade das gerações.

Costa (1989) aponta que o conceito tradicional de família está profundamente ligado a representações históricas e culturais que vinculam o núcleo familiar à consanguinidade e ao legado. No entanto, essa visão apresenta limitações ao ser analisada diante das mudanças sociais atuais, que diversificaram as formas de organização familiar.

Giddens (2003) observa que a família contemporânea passou a incluir o que ele denomina de “vínculo puro”, que se baseia na escolha e no afeto entre as pessoas, rompendo, assim, com a rigidez do modelo tradicional, que se concentrava apenas nas obrigações biológicas e patrimoniais. De maneira semelhante, Sarti (2004) enfatiza que a família deve ser entendida como uma construção social em contínua transformação, refletindo dinâmicas históricas, econômicas e culturais. Desse modo, arranjos como famílias monoparentais, recompostas e homoafetivas são agora reconhecidos não como exceções, mas como manifestações legítimas da diversidade familiar. Essa nova visão demonstra uma mudança significativa: a passagem de compreender a família apenas como uma “comunidade de sangue” para valorizar relações fundamentadas no cuidado, solidariedade e afeto (Costa, 1989; Giddens, 2003; Sarti, 2004).

Com as mudanças sociais atuais, a noção de família se expandiu, englobando diferentes configurações. O que define uma família não é apenas a sua estrutura formal, mas, sim, a qualidade das relações criadas, fundamentadas no cuidado, suporte e carinho (Soares, 2006).

Portanto, discutir o tema da família requer uma atenção constante às mudanças

incessantes que ocorrem na dinâmica social, pois é nesse contexto que a família se insere, sendo influenciada e contribuindo para a formação de novas gerações. Nesse cenário, tanto ajustes individuais quanto coletivos se tornam essenciais para responder às demandas de uma vida social organizada, centrada nas necessidades materiais fundamentais para a sobrevivência. Os laços de convivência, sejam em ambientes familiares ou coletivos, são caracterizados pela diversidade de percepções. Dentro da estrutura familiar, o indivíduo experimenta trocas de ideias e a disseminação de novos valores de forma contínua. Segundo Gonçalves (2005), é assim que os agentes sociais realizam suas ações, influenciados por valores e representações que se fundamentam em experiências pessoais ou compartilhadas. Desse modo, eles exercem sua liberdade de escolha, pautada pela própria vivência em uma determinada realidade social que propicia os processos humanos.

Levando em consideração os conceitos e definições apresentados, ao analisarmos a família atualmente, notamos que não existe um único modelo familiar. O contexto cultural, social e econômico atual traz à tona características que se distanciam do que foi considerado o ideal familiar desde o século XVIII, com o advento da sociedade moderna. Diante das novas configurações e dinâmicas familiares, como relacionamentos instáveis, divórcios, uniões entre pessoas do mesmo sexo, ausência de filhos em casamentos e o adiamento do matrimônio entre os jovens, acreditamos que o termo "novas conjugalidades", proposto por Aboim (2006), reflete de forma mais precisa a realidade das famílias contemporâneas.

Dessa forma, as configurações familiares contemporâneas exibem traços distintos do modelo tradicional, que foi moldado por valores culturais, incluindo princípios morais, religiosos e sociais. Em contraste com a imagem idealizada e romântica, observa-se um movimento de desintegração, instabilidade, individualização e informalidade nas relações e arranjos familiares.

As famílias constituídas por casais do mesmo sexo são o retrato de um desses novos arranjos da família contemporânea e representam uma ruptura significativa com o modelo tradicional de família, historicamente vinculado à heteronormatividade. Apesar de avanços no reconhecimento legal e social, ainda persistem desafios relacionados ao preconceito e à efetivação plena de direitos. A visibilidade dessas configurações familiares é resultado de lutas históricas por igualdade e cidadania, contribuindo para ampliar o conceito de família e questionar os estereótipos de gênero que sustentam o paradigma tradicional (Giddens, 2003; Dias, 2015). A vivência desses lares revela que os laços afetivos e a divisão de responsabilidades podem ser construídos de forma equitativa, fundamentados no respeito, no cuidado e no compromisso mútuo, reafirmando a legitimidade das múltiplas formas de

organização familiar.

Fonseca (2007) enfatiza que a família deve ser vista como uma construção social passível de mudanças históricas e culturais, possibilitando a formação de diversos arranjos. Nesse contexto, Sarti (2004) ressalta a importância do afeto e do cuidado na transformação das formas de pertencimento, ultrapassando a mera relação de sangue ou a configuração convencional.

Heilborn (2004) ressalta ainda que diversos arranjos familiares – como os formados por um único responsável, aqueles mistos, as uniões homoafetivas ou os casais sem filhos – destacam a diversidade das vivências familiares no Brasil, as quais necessitam de reconhecimento e validação social. Essas pesquisas ajudam a fortalecer a concepção de que as relações familiares não se restringem a um único modelo, mas se formam com base em práticas de apoio mútuo, convivência e decisões pessoais.

O referido autor reforça essa discussão ao evidenciar a presença de arranjos familiares variados, como os monoparentais, recompostos, homoafetivos ou aqueles que optam por não ter filhos. Esses exemplos mostram que a pluralidade familiar é um dado concreto da realidade contemporânea brasileira e que sua valorização é essencial para garantir legitimidade e visibilidade às diferentes formas de viver em família.

As alterações nos formatos familiares influenciam diretamente a reconfiguração de funções dentro do núcleo familiar, especialmente no que toca à repartição de responsabilidades e à revisão dos papéis historicamente vinculados a homens e mulheres. A diversidade de modelos familiares desafia a visão tradicional, deslocando a figura masculina como único provedor e aumentando a presença feminina em diversas áreas da vida social. No entanto, essa mudança também traz à tona conflitos, pois as mulheres, embora envolvidas no mundo do trabalho e em novas estruturas familiares, seguem acumulando funções relacionadas ao cuidado e à administração do lar.

Um fenômeno atual que impacta o ambiente familiar e gera instabilidades é a monoparentalidade feminina. Essa situação pode resultar de uma decisão da mulher de se tornar mãe independentemente de um relacionamento marital, ou ainda das dificuldades que ela enfrenta ao ter que assumir, sozinha, as obrigações de cuidar da família. Isso a leva a lidar diariamente com um contexto de vulnerabilidade social, sendo esse aspecto o foco principal desta pesquisa.

A família monoparental feminina é definida como um grupo familiar composto por uma mãe e seus filhos, em que a mulher é solteira, divorciada ou separada e optou por não ter, ou não conseguiu estabelecer, uma união estável. Essas mães, que são líderes do lar,

assumem a responsabilidade pela gestão da casa, pelo sustento, pela proteção e pela sobrevivência dos membros da família, além de se encarregar da educação dos filhos e das condições emocionais necessárias para o crescimento e o desenvolvimento familiar. Essa condição de monoparentalidade ganha outra dimensão e se agrava quando essas famílias vivem em situação de vulnerabilidade, como é o caso das mulheres-mães chefes de família deste estudo.

As mulheres-mães enfrentam diariamente tanto fatores de risco quanto de proteção. Segundo Yunes e Szymansky (2001), os fatores de risco podem perpetuar as desigualdades e os preconceitos, excluindo essas famílias, uma vez que o sistema acentua as dificuldades e limita as chances de melhorar as condições de vida. Por outro lado, os fatores de proteção se referem às estratégias que as famílias utilizam para atender às suas necessidades, sejam elas materiais ou imateriais, reduzindo, assim, seus sofrimentos e ansiedades. Esses mecanismos, juntamente com recursos não materiais, como a resiliência familiar, promovem o fortalecimento das famílias (Yunes; Szymansky, 2001). Pesquisas no Brasil mostram que famílias chefiadas por mulheres costumam ser mais decisivas e competentes na superação de grandes obstáculos, demonstrando coesão familiar e um sistema de valores robusto, apesar das adversidades que enfrentam (Yunes; Szymansky, 2001).

A batalha pela subsistência é, sem dúvida, o principal motor para as mulheres das classes populares, especialmente para aquelas que se tornaram mães solo. Segundo uma pesquisa de Mendes (2002), entre as mulheres-mães de famílias em expansão no Brasil, sobressaem-se as mais jovens, as separadas, as negras, as que vivem na pobreza e aquelas com menos escolaridade. Muitas vezes, essas mulheres, pertencentes às classes populares, estão no mercado informal, enfrentando condições de trabalho precárias e recebendo baixos salários.

A situação das mulheres negras no âmbito da liderança familiar se torna ainda mais intrincada, pois a elas se atribuem não apenas o dever de sustentar e cuidar do lar, mas também o enfrentamento cotidiano do racismo estrutural, da discriminação no mercado de trabalho e das desigualdades de gênero. Como destaca Crenshaw (2002), a compreensão dessas vivências requer uma abordagem interseccional, que revele como diferentes formas de opressão se interconectam, gerando desvantagens específicas.

No Brasil, autoras como Lélia Gonzalez (1988) e Sueli Carneiro (2003) mostram que as mulheres negras enfrentam uma marginalização dupla ou até tripla, resultante da combinação entre sexismo, racismo e exploração de classe. Essa sobreposição de opressões restringe consideravelmente suas chances de mobilidade social e econômica, além de colocá-

las em uma posição de vulnerabilidade exacerbada. No entanto, como enfatiza bell hooks (2019), é também nesse contexto de subalternidade que surgem práticas de resistência e autonomia, nas quais as mulheres negras desenvolvem estratégias de sobrevivência e afirmação de identidade, desafiando as estruturas excludentes que tentam limitar sua plena participação na sociedade.

3.2 FAMÍLIA MONOPARENTAL CHEFIADA POR MULHERES NEGRAS

A ideia de liderança familiar é historicamente associada a um modelo que valoriza a figura masculina como protagonista. Nesse contexto, Carvalho (1998, p. 77) observa que:

[...] o conceito de “chefia familiar” se forma a partir da exclusão de um modelo considerado predominante, que é a chafia masculina, enquanto a expressão chafia familiar feminina é utilizada quando o homem adulto não está presente, como se as famílias lideradas por mulheres fossem vistas como algo fora do comum.

Em outras palavras, a liderança feminina não é reconhecida como uma configuração válida por si mesma, mas sim como uma opção que surge na ausência do homem, o que perpetua o estigma e a marginalização das mulheres que assumem o papel de provedoras e líderes no contexto familiar.

No Brasil, as estatísticas indicam que a liderança feminina nos lares é um fenômeno em crescimento, especialmente entre famílias de baixa renda e negras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024). Esse aumento não deve ser visto apenas como uma consequência de transformações nos modelos familiares, mas deve ser interpretado à luz das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. Como ressalta Ribeiro (2017), a interseção entre pobreza, gênero e raça intensifica a sobrecarga histórica enfrentada por mulheres negras, que, ao assumirem papéis centrais na sustentação e no cuidado familiar, continuam ocupando posições sociais caracterizadas por precariedade e exclusão. Esses dados, portanto, evidenciam tanto a importância social do papel dessas mulheres quanto a continuidade de um sistema desigual que perpetua vulnerabilidades.

Segundo dados do IBGE, referentes ao terceiro trimestre de 2022, no Brasil, a maior parte das residências é administrada por mulheres. Entre elas, as mulheres negras estão à frente, representando 21,5% dos lares, enquanto as mulheres não negras totalizam 16,6 milhões, correspondendo a 43,5% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Conforme o Gráfico 1:

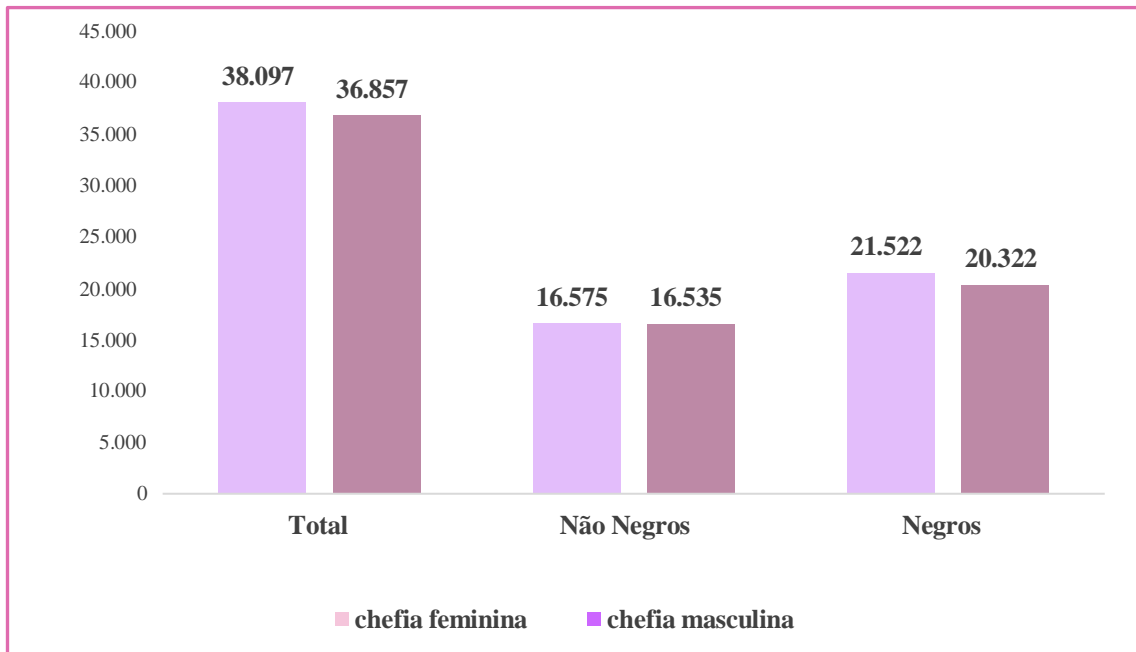


Gráfico 1 – Estimativa das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família Brasil – 3o trimestre de 2022

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2023.

Constata-se uma disparidade entre as famílias negras e as não negras, sendo que as primeiras frequentemente apresentam índices mais baixos de bem-estar. As mulheres negras, em particular, enfrentam uma série de desvantagens e vulnerabilidades. Assim, podemos afirmar que a desigualdade mais acentuada tem cor e gênero: é negra e feminina.

Conforme informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), promovida pelo IBGE, no terceiro trimestre de 2022, a taxa de desemprego para mulheres era de 11%, enquanto para os homens era de 6,9%. No que diz respeito à renda, as mulheres recebiam 21% a menos do que os homens. A maior parte dos lares brasileiros é liderada por mulheres; dos 75 milhões de residências, 50,8% tinham mulheres à frente, totalizando 38,1 milhões de lares. Em contraste, os lares com chefia masculina somavam 36,9 milhões. Entre os lares chefiados por mulheres, 21,5 milhões (56,5%) eram comandados por mulheres negras, enquanto 16,6 milhões (43,5%) eram liderados por mulheres não negras. Ademais, segundo dados trimestrais da PnadC, as famílias monoparentais com filhos e chefiadas por mulheres representavam 14,7% do total, em comparação com apenas 2,3% daquelas que tinham chefia masculina em 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

2022).

A estrutura familiar mais exposta a desafios é composta por mulheres que lideram sozinhas suas casas, geralmente criando filhos sem a presença de um parceiro. Em grande parte dos casos, sua fonte de renda origina-se apenas de programas de assistência financeira. Essas mulheres, que muitas vezes não tiveram experiência anterior no mercado de trabalho, na maioria das vezes exercem atividades como empregadas domésticas sem registro formal ou atuam como autônomas, o que as impede de usufruir de direitos trabalhistas.

De acordo com pesquisas realizadas por Carneiro (2003), é comum que mulheres negras assumam a liderança de suas famílias em situações desafiadoras, exercendo funções variadas que abarcam desde o cuidado das crianças até a responsabilidade financeira e a preservação da unidade familiar. Dessa forma, ao examinar essas famílias, fica evidente não só a continuidade das desigualdades estruturais, mas também as estratégias de apoio mútuo, independência e resistência, evidenciando a capacidade de adaptação dos laços familiares em face de adversidades sociais e econômicas.

A presença da mulher negra, especialmente como líder familiar, revela uma série de desafios históricos, sociais e econômicos que influenciam sua jornada de forma significativa. No Brasil, a combinação do racismo estrutural e do sexismo impõe uma carga extra de obrigações que não pode ser analisada sem considerar o contexto histórico da escravidão e das desigualdades sociais. Como destaca Carneiro (2003, p. 32), as mulheres negras “ocupam um espaço particular de subalternidade, pois enfrentam, ao mesmo tempo, a opressão relacionada à raça, gênero e classe”, o que ressalta a importância de uma abordagem interseccional para entender sua posição na sociedade.

Não se pode reduzir de forma alguma, a importância das lutas negras, especialmente nos quilombos, porque elas não foram revolucionárias. A sua fundamental importância tem de ser analisada pelo que representaram os quilombos, como meio de libertação para os escravos, escapando à condição infra-humana em que se encontravam (Chiavenato, 1987).

Gonzalez (1984) enfatiza que a estrutura do racismo e do sexismo favorece a designação dessas mulheres a funções centradas no cuidado da família, mesmo em situações desfavoráveis, acumulando frequentemente suas responsabilidades com o trabalho remunerado. Heilborn (2004) complementa que a figura de mulheres negras como provedoras da família vai além de uma situação de carência, englobando também decisões e táticas de organização familiar que visam assegurar autonomia, apoio e segurança para os filhos.

A liderança feminina, cada vez mais presente nas estruturas familiares brasileiras, ganha características próprias quando observada na realidade das mulheres negras. Dados do

IBGE (2022) revelam que essas mulheres representam a maior parte entre as que lideram famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, evidenciando as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e as limitações no acesso a direitos sociais. Conforme Saffioti (2004, p. 65), essa situação é um reflexo de uma “[...] divisão sexual e racial do trabalho [...]”, que atribui às mulheres negras funções precárias e mal remuneradas, aumentando, assim, a sua responsabilidade pela manutenção da família.

Essas mulheres também desempenham papéis que vão além do âmbito doméstico. Conforme salienta Gonzalez (1984, p. 239), a mulher negra “[...] constitui o alicerce de toda a comunidade negra, assegurando a subsistência e a continuidade da vida, mesmo nas circunstâncias mais desafiadoras [...]”. Essa visão ressalta que a liderança feminina negra deve ser entendida não apenas como uma estatística, mas como um fenômeno social que reflete resistência, empoderamento e táticas de sobrevivência.

A figura da mulher negra como provedora está intimamente ligada à sua dimensão emocional e ao seu engajamento comunitário. Segundo Almeida (2019, p. 50), o racismo estrutural “[...] estrutura as oportunidades e estabelece os limites para a mobilidade social [...]”; assim, quando a mulher negra assume a liderança da família, ela cria formas de resistência que garantem não só a sua sobrevivência financeira, mas também a preservação da identidade cultural e das redes de apoio. Portanto, sua atuação vai além do aspecto econômico, tornando-se um pilar fundamental na organização social.

Segundo Ribeiro (2017), mulheres negras representam a antítese da branquitude e da masculinidade, ao estarem em um espaço à margem das categorias raça e gênero, ou seja, não são brancas nem homens, mas negras e mulheres. As pessoas com mais melanina são levadas a uma posição de inferioridade, desvalorização e opressão, principalmente as mulheres negras.

Em contrapartida, é essencial entender que a liderança familiar frequentemente recai sobre as mulheres sem o suporte de políticas públicas adequadas. A mulher negra “[...] é percebida como robusta, capaz de aguentar todas as dificuldades e obrigações [...]” (Ribeiro, 2017, p. 35), mas essa percepção, em vez de ser um reconhecimento positivo, atua como um meio de legitimar a exploração de sua força de trabalho e resistência. Assim, seu papel como chefe de família deve ser analisado também como uma representação das desigualdades sociais que o Estado frequentemente não aborda de maneira efetiva.

Dessa forma, a mulher negra chefe de família simboliza, ao mesmo tempo, a resistência e a vulnerabilidade. Sua trajetória evidencia as marcas da exclusão, mas também a potência da reconstrução cotidiana. Como enfatiza Gonzalez (1988, p. 23), “[...] não é possível falar do povo negro sem falar das mulheres negras [...]”, pois são elas que carregam

nas costas o peso da história e, ao mesmo tempo, apontam para o futuro, garantindo a sobrevivência das gerações e a permanência das culturas afro-brasileiras.

Portanto, o estudo das famílias monoparentais lideradas por mulheres negras evidencia a complexidade da vivência feminina em ambientes que apresentam desigualdades históricas. Essas configurações familiares mostram que, mesmo em condições de fragilidade social, a liderança feminina é fundamental para preservar os laços afetivos, garantir o sustento do lar e desenvolver estratégias de resistência diante das dificuldades.

4 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO COTIDIANO

As estratégias de sobrevivência podem ser compreendidas como práticas sociais desenvolvidas em contextos de vulnerabilidade, pobreza e exclusão, que visam garantir a manutenção mínima da vida, seja por meio de atividades ocasionais, informais ou mesmo pela renúncia a determinados projetos de futuro. Em muitos casos, essas estratégias revelam-se não apenas na busca ativa por recursos, mas também em condutas marcadas pela desistência, como a evasão escolar, a não procura por emprego ou a maternidade precoce, que podem ser interpretadas como formas de resposta à ausência de oportunidades sociais.

Nesta seção, são apresentadas as estratégias de sobrevivência, os desafios das mulheres negras chefes de família e seus projetos de vida.

4.1 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

De acordo com Petrini e Dias (2015), no polo oposto ao projeto de vida situa-se a estratégia de sobrevivência. A estratégia de sobrevivência se restringe à preocupação com o “ganhar o pão de cada dia” e à satisfação de necessidades mais imediatas. Os referidos autores afirmam que, na estratégia de sobrevivência, não se pensa no futuro: pensa-se apenas em resolver as questões daquele momento; isso é o suficiente para sobreviver, sem se preocupar com o que vai acontecer no futuro.

Petrini e Dias (2015, p. 25) consideram também como estratégia de sobrevivência: “[...] o conjunto de atividades desenvolvidas em conflito com a lei e que por sua natureza, não constituem o início de um percurso construído para durar no tempo e beneficiar outras pessoas [...]”. Ainda em relação ao assunto, Petrini *et al.* (2006) salientam que as estratégias de sobrevivência não estão presentes somente nas pessoas que desenvolvem atividades ocasionais voltadas para conseguir o mínimo indispensável para a sobrevivência momentânea, mas também nas pessoas que não saem de casa para procurar trabalho, nas que engravidam precocemente e naquelas que se envolvem com atividades criminosas, que, via de regra, reduzem as oportunidades de crescimento e até mesmo de sobrevivência.

De acordo com Sarti (2004), a permanência diante da pobreza não deve ser vista apenas como uma questão pessoal, mas sim como uma situação coletiva caracterizada por desigualdades profundas. A autora destaca que as famílias em situação de pobreza criam estratégias de resistência, nas quais a procura pelo essencial, como comida, abrigo e serviços básicos, assume um papel central. Com frequência, essas estratégias se manifestam em

empregos informais, temporários ou em atividades ocasionais que garantem apenas a sobrevivência momentânea.

Entretanto, é preciso considerar que nem sempre os sujeitos encontram condições objetivas para se mobilizar em direção ao mercado de trabalho ou à continuidade dos estudos. Como observa Castel (1998), a sociedade contemporânea produz uma “zona de vulnerabilidade”, na qual uma parcela significativa da população vive em permanente instabilidade, sem perspectivas sólidas de inserção produtiva. Nesse contexto, abandonar os estudos ou não procurar emprego pode representar menos uma escolha individual e mais um reflexo das barreiras estruturais que limitam os horizontes de vida dessas pessoas.

Souza *et al.* (2019) destacam que a pobreza no Brasil vai além da falta de dinheiro, sendo um fenômeno histórico que perpetua desigualdades, influenciando decisões e restringindo possibilidades. Assim, as alternativas de subsistência, que incluem o abandono da educação ou a escolha de não procurar emprego, não devem ser interpretadas como ausência de empenho pessoal, mas sim como reflexos da exclusão social que está enraizada na estrutura da sociedade. Portanto, quando analisamos estratégias de sobrevivência, é fundamental compreender que elas assumem diferentes formas: podem se expressar na mobilização ativa de recursos, na entrada precoce no mercado informal, mas também na desistência de certas trajetórias, como a escolar ou profissional, e na maternidade precoce. Essas práticas, longe de serem sinais de fraqueza individual, revelam os limites e as contradições de uma sociedade profundamente desigual, em que a sobrevivência, muitas vezes, se restringe a “fazer o possível com o pouco que se tem”.

4.2 DESAFIO DAS MULHERES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIAS

A presença de mulheres negras como provedoras familiares é uma realidade crescente no Brasil e na América Latina. Esse fenômeno deve ser analisado em um contexto histórico que revela desigualdades estruturais, remontando à época da escravidão até os dias atuais. Essas mulheres enfrentam o legado de um passado marcado pela exclusão e pelo racismo, enquanto desenvolvem táticas de resistência para assegurar não somente a sua sobrevivência, mas também o cuidado e a ascensão social de seus filhos.

No âmbito social, os desafios se intensificam. A mulher negra não só lida com preconceitos raciais, mas também enfrenta a estigmatização por ser mãe solo, como se essa condição derivasse de escolhas pessoais, e não de um sistema que historicamente marginaliza o homem negro e enfraquece a estrutura familiar. Segundo Gonzalez (1988), a mulher negra no

Brasil sempre esteve na vanguarda da preservação da vida, acumulando papéis de trabalhadora e cuidadora, o que a coloca em situação de constante sobrecarga. Em muitas situações, a ausência da figura paterna não resulta de abandono, mas sim de um contexto social que marginaliza os homens negros, levando-os ao desemprego persistente, à violência urbana e ao encarceramento em massa (Almeida, 2019).

Do ponto de vista emocional, a carga é ainda mais pesada. A mulher negra que sustenta a família enfrenta, todos os dias, a pressão de ser a base financeira, educacional e emocional do lar. Essa realidade provoca altos níveis de estresse, ansiedade e até problemas de saúde física e mental. Gonzalez (1988) já havia destacado que a solidão vivida por essas mulheres resulta de um processo social que impede a formação de relações afetivas plenas, agravando sua carga emocional. Contudo, essas mulheres conseguem criar modos de resistência e fortalecer laços comunitários, encontrando no apoio de vizinhas, amigas, avós e tias uma forma de dividir responsabilidades e amenizar parte do peso que carregam.

É fundamental ressaltar que, apesar dos inúmeros obstáculos, essas mulheres evidenciam uma impressionante habilidade de resistência e liderança. Elas elaboram táticas de sobrevivência que vão desde o trabalho informal até ações coletivas de apoio mútuo, muitas vezes reformulando práticas de solidariedade que têm origens na ancestralidade africana. Conforme aponta Ribeiro (2017), o papel da mulher negra representa um espaço de luta e perseverança, não se limitando apenas ao sofrimento. Além disso, são elas que promovem projetos de vida voltados à melhoria social de seus filhos, dando à educação um papel central na ruptura do ciclo de pobreza.

Assim, os obstáculos enfrentados pelas mulheres negras que sustentam suas famílias não podem ser vistos de maneira isolada; devem ser compreendidos dentro de um contexto estrutural que gera desigualdades de ordem econômica, social e racial. Mais do que meras vítimas, essas mulheres desempenham um papel ativo na luta diária pela sua subsistência e respeito. É crucial reconhecer sua relevância para que se desenvolvam políticas públicas adequadas, direcionadas à diminuição das desigualdades e ao fortalecimento dessas famílias, que são uma parte vital da sociedade brasileira.

4.3 SOBREVIVER PARA EXISTIR: TRAJETÓRIA DA MULHER NEGRA

Atualmente, a figura da mulher negra como pilar da família firmou-se como um aspecto importante da sociedade brasileira. Com frequência, ela assume a responsabilidade não só pela criação e educação dos filhos, mas também pelo suporte financeiro e emocional do

lar. Contudo, essa situação não é novidade. Desde o pós-abolição, a mulher negra desempenhou um papel fundamental na garantia da subsistência familiar, reflexo de um cenário de marginalização social e de táticas de resistência que perduram ao longo das gerações.

Após a abolição da escravidão, em 1888, o Estado brasileiro implementou políticas de incentivo à imigração europeia, o que, na prática, representou a marginalização da população negra. Ao homem negro foi negada a possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal, sendo relegado a atividades instáveis, de baixa remuneração e, muitas vezes, criminalizadas. Como destacam Gonzalez (1984) e Carneiro (2003), a estrutura racial brasileira naturalizou a exclusão, mantendo as desigualdades como parte do funcionamento da sociedade. Nesse cenário, coube à mulher negra assumir o protagonismo na provisão da subsistência familiar.

As mulheres negras desempenharam atividades fundamentais para a manutenção da renda familiar, como o trabalho doméstico nas residências de antigas patroas e a comercialização de alimentos – notadamente aqueles feitos com saberes tradicionais africanos. Essas atividades evidenciam não apenas a persistência da exploração de sua mão de obra em funções pouco valorizadas, mas também a habilidade de encontrar maneiras inovadoras de garantir a sobrevivência. Segundo Gonzalez (1984), a cultura negra, expressa por meio da culinária, música e religiosidade, atuou como um espaço de resistência e reinvenção diante da exclusão social e econômica.

Ao longo do século XX, as mulheres negras continuaram a desempenhar papéis predominantemente em empregos com condições precárias, notadamente no setor de serviços domésticos. Essa realidade laboral, que se traduz em informalidade e baixos salários, acentua a vulnerabilidade socioeconômica desse grupo. Simultaneamente, como menciona Ribeiro (2019), o fato de muitas mulheres negras serem responsáveis pelo sustento familiar reflete não apenas a desigualdade estrutural de gênero e raça, mas também a força e a resiliência que as definem. Dessa forma, a liderança feminina negra representa uma realidade repleta de desafios, mas também de resistência e protagonismo.

Atualmente, o número de lares comandados por mulheres negras é bastante significativo. Dados do IBGE (2022) indicam que elas representam a maioria entre aquelas que sustentam suas famílias de forma independente, lidando com as obrigações financeiras e emocionais. Essa situação deve ser entendida com base em uma abordagem interseccional, que leva em conta como as opressões relacionadas à raça, ao gênero e à classe se entrelaçam, resultando em desigualdades sociais. Segundo Carneiro (2003), as mulheres negras enfrentam uma “tríplice discriminação”, sendo afetadas pelo racismo, pelo sexismo e pela exploração de

classe de maneira contínua.

Apesar das adversidades, as mulheres negras não adotam uma postura passiva; ao contrário, elas desenvolvem diversas estratégias para promover seu empoderamento, tanto individual quanto coletivo. Muitas delas assumem a responsabilidade pelo sustento familiar e exercem liderança em movimentos sociais, grupos comunitários e iniciativas que buscam preservar a cultura. Elas são portadoras de uma rica herança de resistência, que se estende desde as mulheres que vendiam alimentos no século XIX até as intelectuais negras atuais, que lutam por reconhecimento e respeito. Ribeiro (2017) destaca que a importância das mulheres negras na sociedade brasileira deve ser interpretada não apenas como reflexo de desigualdades, mas também como um espaço de força, liderança e mudança social.

Dessa forma, entender a mulher negra como a guardiã da família implica, paralelamente, reconhecer as consequências históricas da exclusão social, da marginalização do trabalho e da carência de políticas públicas direcionadas à população negra, além de valorizar a habilidade de resiliência, reinvenção e liderança dessas mulheres. Sua jornada, que se estende desde o período pós-abolição até o presente, revela tanto a continuidade das desigualdades quanto a importância de sua força para a manutenção de suas famílias e comunidades.

4.4 ENTRE A PERMANÊNCIA E A RUPTURA

A dinâmica social e econômica das populações em situação de vulnerabilidade tem sido caracterizada pela tensão entre a continuidade e a ruptura. A continuidade diz respeito à manutenção de práticas diárias que garantem o mínimo necessário para a sobrevivência, ainda que em condições adversas. Por outro lado, a ruptura está associada ao abandono de projetos de médio e longo prazo, como a continuidade educacional ou a busca por um emprego estável, em favor da busca imediata pela sobrevivência. Esse comportamento evidencia estratégias que, embora possam parecer escolhas, muitas vezes são respostas forçadas às limitações geradas pelas desigualdades estruturais.

Conforme Sawaia (1999, p. 109), o sofrimento gerado pela situação social de ser tratado como inferior, sem valor, apêndice inútil da sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte, o seu potencial humano (por causa da pobreza ou em virtude da natureza restritiva das circunstâncias em que vive), é um dos sofrimentos mais verbalizados. E o que é mais importante, na gênese desse sofrimento está a consciência do sentimento de desvalor, da deslegitimidade social e do desejo de "ser gente". Ou seja,

quando pessoas e famílias optam por soluções imediatas, mesmo que frágeis, isso não indica falta de racionalidade, mas sim a criação de uma estratégia de resistência contra a exclusão. Dessa forma, a busca por sobrevivência imediata pode ser vista como um “estilo de vida” construído nas lacunas do sistema.

Essa visão é apoiada por Castel (1998), ao examinar a “área de fragilidade social”, na qual indivíduos se encontram entre uma integração instável e a exclusão. Nesse contexto, a permanência em ocupações informais e temporárias, ou até a quebra de vínculos duradouros, surge como uma estratégia de defesa contra a incerteza. O trabalho informal, mesmo carecendo de direitos trabalhistas, representa uma alternativa imediata que garante a continuidade da vida diária.

No entanto, a busca por gratificação imediata como forma de lidar com a vida também gera consequências duradouras. Abramovay (2002) salienta que, quando jovens desistem da escola ou se tornam pais antes do tempo, isso não se resume apenas a “escolhas individuais”, mas reflete condições sociais que restringem as oportunidades de planejamento para o futuro. Assim, essa quebra não é uma decisão livre, mas sim o resultado da falta de opções viáveis.

Adicionalmente, a continuidade em situações de exclusão pode intensificar os ciclos de perpetuação da pobreza. Conforme aponta Martins (2008), a pobreza vai além de uma mera circunstância financeira, sendo uma “forma de vida” que se sustenta com hábitos diários de improviso, laços de solidariedade e táticas que, embora assegurem a subsistência, complicam a ascensão social. Nesse paradoxo, o estado de precariedade transforma-se em uma prisão invisível.

Para as mães solteiras negras, a luta entre continuar em uma situação ou romper com ela se torna ainda mais aguda. Segundo Carneiro (2003), a combinação do racismo estrutural com o sexismo restringe o acesso dessas mulheres a recursos fundamentais e às políticas públicas. Muitas vezes, a maternidade solo não é uma decisão, mas sim consequência de relações desiguais relacionadas ao gênero e à raça. Isso faz com que essas mulheres adotem estratégias urgentes, como aceitar trabalhos temporários, buscar apoio em redes informais ou priorizar o bem-estar de seus filhos em detrimento de suas próprias realizações.

Assim, considerar a sobrevivência imediata “entre a continuidade e a mudança” implica reconhecer que não se trata apenas de escolhas pessoais, mas de uma reação à instabilidade social e histórica. Embora esse movimento assegure a continuidade da vida atual, ele pode prejudicar a formação de futuros possíveis, evidenciando a complexidade das experiências afetadas pela exclusão.

4.5 PROJETOS DE VIDA: UMA PERSPECTIVA DE FUTURO E INSERÇÃO SOCIAL

De acordo com Petrini (2003, 2015), o projeto de vida é uma perspectiva de futuro que contempla a possibilidade de crescimento formativo e de acesso a um patamar de inserção na sociedade superior ao atual, ou seja, o projeto de vida pode ser considerado uma das formas de eliminar as dificuldades em relação à pobreza enfrentadas pelas famílias em vulnerabilidade social, com a ajuda dos estudos, que proporcionam um trabalho mais elevado do que o habitual, e vale lembrar a importância do apoio familiar, principalmente para os adolescentes.

A noção de projeto de vida representa uma parte fundamental na formação da identidade, tanto individual quanto coletiva, especialmente em situações de desigualdade social. Trata-se de um processo de planejamento intencional do futuro, que inclui a chance de desenvolvimento pessoal, melhoria social e superação de dificuldades históricas. Assim, o projeto de vida vai além de uma opção pessoal, funcionando também como uma estratégia social, pois se conecta diretamente ao acesso a direitos, à educação de qualidade e às oportunidades de inserção em condições mais justas e dignas na sociedade atual.

Segundo Antunes (2005), o trabalho é uma das principais ligações entre o indivíduo e a sociedade, servindo como um espaço onde se pode concretizar o projeto pessoal. Contudo, em sociedades afetadas pela precariedade e informalidade, desenvolver um projeto de vida envolve a superação de obstáculos estruturais que atuam como entraves à ascensão social. Dessa forma, o enfrentamento da pobreza e a implementação de políticas públicas inclusivas são essenciais para que as pessoas consigam planejar e buscar metas a médio e longo prazo.

Nesse contexto, a educação se destaca como um dos pilares essenciais. Gadotti (2009) salienta que o projeto de vida está profundamente conectado ao projeto educativo, pois é na instituição de ensino que se abre a oportunidade para a transformação social, por meio da formação crítica, do aprimoramento de habilidades e da construção de perspectivas futuras. Assim, a educação não pode ser vista apenas como um meio de repassar informações, mas como um ambiente que promove a construção de significados e o fortalecimento da autonomia dos indivíduos.

A visão de futuro, porém, não é uniforme. Elementos geográficos e socioeconômicos revelam desigualdades significativas. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2017), as áreas Norte e Nordeste ainda registram taxas de pobreza mais altas e um acesso reduzido a serviços

essenciais, quando comparadas às regiões Sul e Sudeste. Essa situação afeta diretamente a habilidade de jovens e famílias de estabelecer planos de vida realistas, uma vez que as condições materiais e territoriais desempenham um papel crucial na realização de metas individuais e coletivas.

Na mesma linha de pensamento, Sen (2000), ao abordar a teoria das capacidades, argumenta que a pobreza não pode ser vista apenas como a falta de recursos financeiros, mas sim como a privação de liberdades essenciais que restringem as opções disponíveis aos indivíduos. Assim, um projeto de vida se concretiza de maneira plena somente quando as pessoas têm acesso às condições que assegurem saúde, educação, segurança e oportunidades de engajamento social. A falta desses elementos perpetua ciclos de exclusão e enfraquece a possibilidade de um futuro mais positivo.

Um fator importante a ser considerado é a natureza coletiva do projeto de vida. Apesar de ser criado de forma individual, ele se baseia em contextos sociais e territoriais. Estudos realizados pelo IBGE (2022) revelam que famílias lideradas por mulheres negras estão entre as mais vulneráveis à pobreza e à insegurança alimentar no Brasil. Diante dessas condições, o desenvolvimento de projetos de vida deve estar alinhado às políticas de assistência social, equidade racial e de gênero, já que a continuidade das desigualdades afeta a plena inclusão desses grupos na sociedade. A busca por um projeto de vida deve, portanto, ser vista como um comprometimento assumido e sistematicamente perseguido, na medida em que exige disciplina, persistência e resiliência.

Entretanto, isso também implica a necessidade de uma rede de suporte social e político, capaz de auxiliar o indivíduo em seu desenvolvimento e em sua batalha contra as dificuldades geradas pela pobreza estrutural. Como salientou Martins (2008), a superação da pobreza não se baseia apenas em iniciativas pessoais, mas requer uma mudança significativa nas interações sociais, possibilitando a criação de novas maneiras de convivência.

Assim, o plano de vida deve ser visto como um meio de libertação social. Ele expande perspectivas, quebra com a mentalidade de curto prazo das estratégias de sobrevivência e projeta um futuro em que a educação, o trabalho justo e a cidadania se unam para enfrentar as desigualdades de maneira eficaz. Dessa forma, será viável assegurar que pessoas e comunidades tenham não apenas os requisitos básicos para sobreviver, mas também oportunidades reais para um desenvolvimento humano completo.

4.6 MUHERES NEGRAS E PROJETOS DE VIDA :ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DIANTE AS ADVERSIDADES

Historicamente, as mulheres negras têm adotado formas de resistência e sobrevivência que vão além do individual, abrangendo também uma esfera coletiva. Collins (2016) aponta que essas mulheres cultivam um “pensamento limiar”, que as habilita a lutar contra sistemas de opressão enquanto reafirmam sua dignidade. Esse esforço se reflete na criação de iniciativas educacionais e profissionais, assim como no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, que se configuram como bases de suporte em meio à vulnerabilidade social.

De acordo com Gonzalez (1988), o conceito de “amefricanidade” destaca a habilidade dessas mulheres em desenvolver e transformar práticas culturais, políticas e sociais que não só garantem sua sobrevivência, mas também abrem caminhos para o futuro. Essa é uma manifestação de resistência que une a herança ancestral às demandas contemporâneas, assegurando a persistência na busca pela valorização da identidade e pelo reconhecimento social. Assim, os projetos de vida das mulheres negras estão profundamente interligados à memória coletiva, à afirmação de sua identidade e à manutenção de sua cultura.

Carneiro (2003) observa que, na falta ou na fragilidade das políticas públicas, numerosas mulheres negras convertem a família e a comunidade em ambientes de resistência e empoderamento. Essa nova interpretação possibilita o surgimento de redes de apoio, tanto materiais quanto emocionais, que ajudam a lidar com os desafios gerados pelo racismo e pela exclusão social. Portanto, cultivar um projeto de vida implica também recriar o dia a dia, por meio da elaboração de opções que garantam a segurança das gerações que estão por vir.

A educação se destaca como uma das ferramentas fundamentais utilizadas para desenvolver e sustentar esses projetos. Segundo hooks (2019), a educação é vista como um meio de liberdade, pois permite que mulheres negras rompam ciclos de opressão e expandam suas oportunidades de ascensão social e realização individual. Ao se dedicarem à sua própria aprendizagem e à de seus filhos, essas mulheres vislumbram a criação de um futuro que vai além das restrições impostas pelo racismo estrutural.

No cenário atual do Brasil, pensadoras como Akotirene (2019) e Ribeiro (2017) destacam que os planos de vida das mulheres negras não devem ser vistos exclusivamente sob uma perspectiva individual, mas sim como parte de uma luta coletiva contra o racismo e o sexismo. Akotirene (2019) argumenta que a interseccionalidade deve ser levada em conta como uma categoria tanto política quanto metodológica, a fim de entender como essas mulheres elaboram suas estratégias frente à multiplicidade de opressões. Por sua vez, Ribeiro (2017)

sublinha a relevância do reconhecimento do lugar de fala, que possibilita a validação de suas experiências e a visibilidade das narrativas que historicamente foram silenciadas.

Piedade (2017) também observa que a experiência das mulheres negras é marcada pela “dororidade”, um termo que revela a dor compartilhada resultante do racismo e do machismo, ao mesmo tempo em que promove a solidariedade entre elas. Essa troca de vivências difíceis se torna um impulsionador para a construção de projetos de vida e para a busca por mudanças sociais.

Diante disso, é correto afirmar que a elaboração e a continuidade dos projetos de vida das mulheres negras se configuram como um processo ativo, impregnado de táticas de resistência, reinvenção e união. Mais do que uma questão de sobrevivência, trata-se da busca pela liberdade e pelo direito de almejar futuros viáveis, nos quais dignidade, autonomia e igualdade sejam fundamentos essenciais. Apesar dos desafios enfrentados, essas mulheres reafirmam a sua força a cada dia, ao traçar trajetórias que conectam a memória ancestral, a luta atual e o anseio por transformação nas gerações futuras.

5 CAPITAL SOCIAL UM CAMINHO DE SAÍDA

Todo o conjunto de conhecimentos e competências que a pessoa vai adquirindo ao longo de sua vida, quer na convivência familiar, quer na educação formal, quer por outros meios, configura-se como capital humano. Becker (1996, p. 21) afirma:

De onde vem o capital humano? [...] Deve-se a partir da família. Ela é o fundamento de uma boa sociedade e de sucesso econômico. As famílias são diferentes ao longo do tempo, mas elas são ainda muito importantes para a moderna economia. Para compreender o capital humano deve-se voltar para a família porque são as famílias que cuidam de suas crianças e procuram, com todos os recursos de que dispõem, promover a educação e os valores de suas crianças. As famílias são os maiores promotores de valores em qualquer sociedade livre e até em sociedade não tão bem livres.

Portanto, a forma como a família utiliza os recursos na educação de seus filhos, orientando-o e gerando aptidões e hábitos positivos, possibilita o seu crescimento, uma visão para o seu futuro realizando o seu projeto de vida, principalmente quando há o capital social.

O capital social pode ser entendido como uma soma dos recursos reais ou virtuais, que estão disponíveis para o indivíduo ou um grupo, graças a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútuo pertencimento e reconhecimento (Bourdieu; Wacquant, 1992).

Quando Petrini e Dias afirmam que “a família é um capital social preciso para a sociedade” (Petrini; Dias, 2012, p. 8), a família cuida de suas crianças e procura promover a educação e valores, criando vínculos importantes para o convívio em sociedade. Porém, esse capital depende de como está organizada e da qualidade das relações que são vividas. Para ser um capital social precioso, é necessário gerar bens fundamentais que Donati (2008) chama de “relacionais”, podemos citar: confiança, reciprocidade, amor, proteção e educação.

O capital social está alicerçado no afeto, na preocupação pelo outro, no sentimento de companheirismo e de boa vontade recíproca existentes entre pessoas. Essas características do capital social demonstram alguns benefícios para a convivência em grupo. Isso possibilita, também, em alguns casos, a superação de indivíduos em relação à vulnerabilidade.

Putnam (2000) definiu o capital social como sendo as características da organização social, tais como confiança, normas e redes, as quais podem melhorar a eficácia da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Na sua obra, esse conceito aparece como chave de leitura da economia, da política e do debate social. O dom e a reciprocidade constituem a base de como a família orienta seus membros, o que produz a afabilidade, confiança e amizade ao longo do tempo e, conseqüentemente, uma memória viva responsável pela identidade da pessoa.

As relações familiares com base no dom, na gratuidade e na reciprocidade efetivas são institucionalizadas e condensam expectativas recíprocas, de tal maneira que as ações dos membros podem ser dirigidas no sentido do bem e da harmonia com os outros. Poderá também haver deficiência nos bens relacionais e na ocorrência de violência intrafamiliar, fazendo surgir um capital social familiar negativo, sem perspectivas de crescimento, buscando apenas a estratégia de sobrevivência.

Percebe-se que o caminho de saída, não é exclusivo para a mulher negra mãe solo. Trata-se de um processo contínuo para todos os indivíduos. Esse processo ocorre ao longo da vida pessoal e familiar, como uma construção a partir da base da família e do conhecimento adquirido, levando-se também em consideração o contexto histórico e cultural no qual o indivíduo está inserido.

6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COM ENTREVISTAS

Este capítulo tem como objetivo analisar as narrativas das mulheres negras chefes de família entrevistadas, buscando compreender suas trajetórias, desafios, estratégias de sobrevivência e projetos de vida. A análise fundamenta-se na metodologia da análise de conteúdo temática, conforme proposta por Richardson (2012), a partir da identificação de unidades de sentido recorrentes nas entrevistas, posteriormente organizadas em categorias analíticas.

A análise de conteúdo das entrevistas realizadas com mulheres negras chefes de família evidencia que a chefia feminina se constrói a partir de trajetórias marcadas por responsabilização precoce, rupturas conjugais, violência de gênero, precariedade econômica e fragilidade das políticas públicas. Conforme aponta a perspectiva da interseccionalidade (Akotirene, 2019), gênero, raça e classe operam de forma articulada, produzindo experiências específicas de desigualdade, mas também de resistência. Ao mesmo tempo, os relatos demonstram a capacidade dessas mulheres de elaborar projetos de vida, ainda que limitados por condições estruturais adversas.

6.1 DADOS DEMOGRÁFICOS DAS SEIS MULHERES ENTREVISTADAS

Percebe-se que a faixa etária varia de 35 a 47 anos; o nível de escolaridade varia do 2º grau incompleto ao superior incompleto; quatro entrevistadas possuem renda familiar menor que um salário-mínimo e duas possuem renda de um salário-mínimo. Todas as participantes informaram o recebimento do Bolsa Família (BF). Dentre as entrevistadas, uma possui quatro filhos; duas possuem dois filhos; uma possui três filhos e duas possuem um filho; quatro entrevistadas residem no bairro do Uruguai e duas no bairro de Massaranduba.

A partir da leitura exaustiva do material empírico, foram construídas seis categorias analíticas centrais, que serão discutidas a seguir.

1) Trajetórias e assunção de chefia familiar

As entrevistas revelam que a assunção da chefia familiar ocorre, majoritariamente, de forma não planejada e compulsória, sendo resultado de abandono conjugal, violência, adoecimento de familiares ou ausência de apoio masculino. Tal processo confirma o que Lélia Gonzalez (1984) aponta ao discutir a histórica responsabilização das mulheres negras pelo

sustento e cuidado familiar.

E1 relata que a chefia se constrói gradualmente, a partir da maternidade precoce e da instabilidade econômica: *“Quando eu tinha 18 anos, eu engravidei, saí da casa de minha mãe (...) fui vivendo de bico em bico, assim eu vou levando minha vida.”*

A narrativa da E2 evidencia a chefia feminina como uma condição imposta por contextos de violência, abandono e fragilização emocional: *“eu tinha um relacionamento com uma pessoa, onde tinhas alguns desentendimentos, eu sofria agressão, aí eu optei pela separação. Hoje eu tenho medida protetiva, ele não pode se aproximar devido as agressões.”* A entrevistada descreve experiências de agressão e instabilidade, revelando como a chefia da família pode ser vivenciada de forma dolorosa e exaustiva. Essa vivência encontra respaldo na análise de Heleieth Saffioti (2004), que compreende a violência de gênero como um fenômeno estrutural, sustentado por relações desiguais de poder, especialmente quando articulado à desigualdade racial e de classe. Assim, a chefia feminina, nesse caso, não se configura como escolha, mas como consequência da ausência de proteção social e de redes de apoio eficazes.

A trajetória da E4 reafirma que a assunção da chefia feminina negra ocorre, em muitos casos, a partir de rupturas conjugais marcadas por traição, desigualdade na divisão do trabalho doméstico e sobrecarga emocional. A entrevistada relata que, embora houvesse provisão material durante o relacionamento, a dinâmica conjugal era sustentada por uma distribuição desigual das responsabilidades, cabendo a ela o cuidado com a casa, com o filho e a manutenção cotidiana da vida familiar.

Essa experiência dialoga com as análises de Saffioti (2004) e hooks (2019), que apontam que a dependência afetiva e econômica em relações desiguais tende a produzir sofrimento psíquico e silenciamento feminino. A ruptura, nesse sentido, aparece como um marco de reorganização da vida e de reconstrução da autonomia, ainda que implique assumir sozinha a chefia familiar.

A E4 associa diretamente a separação à recuperação da autoestima e da dignidade social, evidenciada em expressões como *“andar de cabeça erguida”* e *“não sentir vergonha”*. Essa dimensão simbólica da chefia feminina reforça a compreensão de Bourdieu (1998) sobre o capital simbólico, uma vez que a autonomia econômica passa a produzir reconhecimento social e autoafirmação.

2) Dinâmica familiar e relações conjugais

As relações conjugais descritas pelas entrevistadas são marcadas por assimetria de poder, instabilidade e violência, configurando-se como elementos centrais na consolidação da chefia feminina. O rompimento dessas relações, embora permeado por sofrimento, aparece como um ponto de inflexão na vida das mulheres, possibilitando a reconstrução de trajetórias mais autônomas.

A violência doméstica surge de forma explícita em diversos relatos, como no caso de E4: *“Eu sofria agressão (...) hoje eu tenho medida protetiva.”* Alguns relatos explicitam experiências de violência sexual e patrimonial, como no caso da E6 *“Ele me violentava (...) fez empréstimo no meu nome.”*

As experiências de violência de gênero emergem de forma recorrente, assumindo dimensões físicas, psicológicas, sexuais e patrimoniais. E6 relata agressões sistemáticas como elemento central da ruptura conjugal: *“Eu sofria agressão... hoje eu tenho medida protetiva, ele não pode se aproximar.”*

Conforme aponta Saffioti (2004), a violência de gênero constitui-se como mecanismo estrutural de controle sobre as mulheres, sendo intensificada quando atravessada por raça e classe. A saída dessas relações, por sua vez, é narrada como conquista de dignidade e paz, como expressa E4: *“Hoje eu tenho paz na minha vida, isso já é um sucesso.”*

Diante disso, a chefia feminina emerge também como estratégia de autoproteção, rompendo com relações que comprometem a integridade física e emocional das mulheres e de seus filhos. Em diversas entrevistas, o companheiro, quando existia antes, aparece como figura instável ou pouco comprometida com o cotidiano doméstico. E2 afirma: *“Eu tive que assumir o papel de mãe e pai, porque a pessoa que estava comigo praticamente não me ajudava.”*

Esses dados podem ser confirmados no Quadro 1.

Quadro 1– Categorias analíticas das entrevistas com mulheres negras chefes de família (continua)

Categorias analíticas	E1	E2	E3 e E6	E4 e E5
Trajetória e assunção da chefia familiar	Assunção gradual da chefia a partir da maternidade precoce e da informalidade do trabalho.	Assunção precoce da chefia em contexto de adoecimento materno, violência conjugal e	Assunção da chefia após ruptura conjugal marcada por humilhação e violência simbólica.	Assunção da chefia após separação motivada por traição e sobrecarga doméstica.

		abandono.		
--	--	-----------	--	--

Quadro 1 – Categorias analíticas das entrevistas com mulheres negras chefes de família (conclusão)

Categorias analíticas	E1	E2	E3 e E6	E4 e E5
Dinâmica familiar e relações conjugais	Rede familiar ampliada como apoio parcial; pai dos filhos contribui de forma limitada.	Relações conjugais marcadas por violência, abandono e conflitos familiares.	Relação conjugal caracterizada por humilhação, controle e invisibilidade.	Relação conjugal desigual, com acúmulo de trabalho doméstico e infidelidade do parceiro.

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

3) Estratégias de sobrevivência econômica

As estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres negras chefes de família entrevistadas revelam a centralidade do trabalho – formal e informal – como principal meio de garantia da subsistência familiar. As narrativas evidenciam trajetórias marcadas pela informalidade, pela instabilidade financeira e pela necessidade de múltiplas ocupações simultâneas, como faxinas, venda de alimentos, pequenos serviços e participação em projetos sociais.

A E2, por exemplo, relata que sua principal fonte de renda é o Bolsa Família, complementado por faxinas eventuais, além do apoio do Projeto Bom Samaritano. Sua fala expressa o esgotamento físico e emocional decorrente da sobrecarga cotidiana, ao afirmar que *“só ando doente, nem tenho forças para nada”*. Essa realidade dialoga com os estudos de Bourdieu (1997), ao apontar que a precarização das condições de vida produz efeitos diretos sobre o corpo e a saúde, especialmente entre grupos socialmente vulnerabilizados.

A dependência de programas de transferência de renda aparece como elemento fundamental para a sobrevivência, mas insuficiente para garantir autonomia plena. Segundo Lavinias (2015), embora políticas como o Bolsa Família sejam essenciais para a redução da pobreza extrema, elas não rompem, por si só, com as estruturas que produzem desigualdades de gênero e raça. As entrevistas confirmam esse argumento, ao evidenciar que tais políticas funcionam como suporte emergencial, mas não asseguram estabilidade financeira nem proteção social contínua.

Em contraponto, a E3 apresenta uma trajetória marcada pela conquista do trabalho formal, com carteira assinada, associando essa condição à autonomia e à dignidade. Ao afirmar que “*trabalhar de carteira assinada foi tudo que eu queria*”, a entrevistada reforça o valor simbólico e material do emprego formal. Esse aspecto converge com a análise de autores como Antunes (2018), que destaca a centralidade do trabalho na constituição da identidade social, sobretudo entre trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal.

Outras evidências destacadas são as práticas cotidianas que envolvem trabalhos informais e empreendedorismo popular. Conforme relata a entrevistada E1, “*vendo um lanche aqui outro ali, faço bico aqui outro ali*”, e a E4: “*vendia geladinho, fazia unha, sobancelha, cuidava de pessoas com deficiência.*”, indicando a multiplicidade de estratégias utilizadas para garantir a subsistência familiar. Tais práticas revelam não apenas adaptação à precariedade, mas formas ativas de resistência diante das desigualdades que atravessam gênero, raça e classe (Quadro 2).

Quadro 2 – Estratégias de sobrevivência econômica das entrevistadas, por categoria analítica

Categorias analíticas	E1	E2	E3	E4 e E5	E6
Estratégias de sobrevivência econômica	Trabalho informal, empreendedorismo alimentar e múltiplos bicos.	Dependência do Bolsa Família, projetos sociais e trabalhos eventuais, com limitações de saúde.	Trabalho formal (CLT), complemento por bicos e produção artesanal.	Transição do trabalho informal para renda fixa, com complemento por benefícios sociais.	Trabalho informal, empreendedorismo alimentar e faxinas

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas

4) Redes de apoio e Capital Social

O capital social aparece como um elemento transversal às categorias analíticas, sendo mobilizado tanto nas estratégias de sobrevivência quanto na construção dos projetos de vida. As redes familiares, comunitárias e institucionais desempenham papel relevante no apoio material e emocional às entrevistadas, especialmente em momentos de maior vulnerabilidade. Destaca-se, nesse sentido, a importância de projetos sociais e organizações comunitárias como espaços de acolhimento, orientação e inserção no mercado de trabalho. No entanto, observa-se

que esse capital social não se distribui de forma homogênea, apresentando limites quanto à sua capacidade de garantir proteção social contínua.

As narrativas das entrevistadas evidenciam que, diante da precariedade econômica e da insuficiência das políticas públicas, o acesso a redes de apoio constitui um elemento central para a sobrevivência cotidiana. Essas redes – compostas por projetos sociais, instituições religiosas, relações comunitárias e contatos de trabalho – podem ser compreendidas à luz do conceito de capital social, conforme proposto por Pierre Bourdieu (1980), que o define como o conjunto de recursos reais ou potenciais vinculados à posse de uma rede durável de relações de reconhecimento mútuo.

No caso das entrevistadas, o capital social não se manifesta prioritariamente por meio de redes formais de poder, mas sobretudo por vínculos comunitários e institucionais de caráter popular. A participação no Projeto Bom Samaritano, mencionada por diferentes entrevistadas, configura-se como uma importante fonte de capital social, ao possibilitar acesso a cursos de qualificação, cestas básicas, oportunidades de trabalho e, sobretudo, reconhecimento social.

A trajetória da E3 é emblemática nesse sentido, pois foi a partir de sua inserção no projeto que conseguiu estabelecer vínculos que resultaram na conquista de um emprego formal.

Entretanto, o acesso ao capital social não ocorre de forma homogênea. A experiência da E2: “*Só tenho ajuda do Projeto Bom Samaritano*” revela redes fragilizadas e insuficientes para garantir proteção integral, especialmente diante de problemas de saúde e da ausência de acompanhamento institucional contínuo. Embora conte com o Bolsa Família e com o apoio pontual de projetos sociais, sua fala expressa sentimentos de abandono, solidão e esgotamento, indicando limites do capital social disponível. Conforme aponta Pierre Bourdieu (1980), o capital social pode fortalecer a cooperação e a confiança, mas sua ausência ou fragilidade tende a intensificar processos de exclusão e vulnerabilidade.

No que tange às relações familiares ampliadas, que poderiam funcionar como fontes de apoio, elas aparecem nas entrevistas de forma ambígua ou ausente. Em alguns casos, como no relato da E2: “*não tenho ninguém para me ajudar, minha mãe já cria um filho meu*”, há distanciamento afetivo dos filhos e inexistência de suporte por parte de ex-companheiros, o que reforça a responsabilização individual das mulheres pela reprodução da vida familiar. Essa realidade dialoga com a análise de Fonseca (2007), ao demonstrar que, em contextos populares, as redes de parentesco nem sempre se traduzem em apoio efetivo, sobretudo quando atravessadas por conflitos, violência e pobreza.

O capital social também se expressa na capacidade de mobilização individual, na

disposição para buscar cursos, participar de reuniões e estabelecer novos contatos. A E3 demonstra elevado nível de agência ao afirmar *que “não perco as reuniões”* e que está *sempre “correndo atrás”*, o que revela não apenas iniciativa pessoal, mas também a habilidade de ativar redes sociais disponíveis. Contudo, como ressalta Bourdieu (1998), o capital social está diretamente relacionado ao capital econômico e cultural, de modo que indivíduos em posições sociais desfavoráveis enfrentam maiores dificuldades para converter suas redes em recursos efetivos.

Podemos dizer que as entrevistas evidenciam que, embora o capital social seja fundamental para a sobrevivência das mulheres negras chefes de família, ele não substitui a necessidade de políticas públicas estruturantes. As redes comunitárias e projetos sociais funcionam como mecanismos de contenção da pobreza, mas não eliminam as desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade brasileira. Nesse sentido, conforme argumenta Patricia Hill Collins (2016), a resistência cotidiana das mulheres negras se constrói tanto a partir de redes de solidariedade quanto da denúncia das limitações impostas por sistemas de opressão interligados.

Diante disso, o capital social, nas entrevistas analisadas, revela-se como um recurso ambíguo: ao mesmo tempo em que amplia possibilidades de sobrevivência e mobilidade, expõe os limites da responsabilização individual diante da fragilidade das políticas públicas e da persistência das desigualdades estruturais.

5) Projetos de vida, expectativas e construção do futuro.

O estudo revela que os projetos de vida das mulheres negras chefes de família entrevistadas são atravessados por desejos de estabilidade, autonomia e reconstrução de trajetórias interrompidas por situações de violência, pobreza e exclusão social. Diferentemente de perspectivas idealizadas, os sonhos expressos nas entrevistas estão fortemente ancorados em necessidades concretas, como ter um emprego formal, sair do aluguel, garantir moradia digna e assegurar melhores condições de vida para os filhos.

A E2 expressa o desejo de *“resgatar tudo que eu perdi”*, associando o futuro à retomada dos estudos, à abertura de um pequeno negócio e à melhoria das condições de moradia. Esse relato evidencia como os projetos de vida são construídos a partir da experiência da privação. Isso corrobora a ideia de Velho (1994), segundo a qual os projetos individuais não são elaborados de forma abstrata, mas condicionados pelas possibilidades objetivas disponíveis em cada contexto social. Por isso, os sonhos das entrevistadas refletem

tanto aspirações pessoais quanto os limites impostos pela desigualdade estrutural.

A E3, por sua vez, apresenta um projeto de vida mais estruturado, centrado na conquista da casa própria e na consolidação da autonomia financeira. *“Meu sonho é sair do aluguel ter meu cantinho para chamar de meu, receber meus netos na minha casinha eu já me vejo assim”*. A ênfase na moradia aparece como símbolo de segurança, pertencimento e dignidade. De acordo com Maricato (2015), a casa própria, especialmente para populações de baixa renda, representa mais do que um bem material: trata-se de um elemento central de estabilidade social e emocional.

A dimensão do futuro também está profundamente ligada aos filhos, como relata a E1: *“dar uma educação melhor ao meu filho, investir no futuro dele, esse é meu sonho que ele vá além do segundo grau”*. Outra entrevistada, E6, relata: *“meu sonho é ver meus filhos se tornado homens, conseguir uma carreira profissional, sair dessa violência”*. As entrevistadas demonstram preocupação constante com a educação, a segurança e o afastamento dos jovens de contextos de violência e criminalidade.

Apesar das dificuldades, as falas revelam persistência, esperança e resiliência. Conforme argumenta Patricia Hill Collins (2016), as mulheres negras constroem projetos de vida como forma de resistência, mesmo em contextos marcados pela exclusão. Nessa perspectiva, os sonhos expressos não podem ser interpretados como ilusões, mas como estratégias simbólicas de enfrentamento e sobrevivência.

6) Ser mulher negra e chefe de família

Outro ponto que emergiu na transcrição das entrevistas foi a concepção que as entrevistadas têm sobre ser mulher negra e chefe de família. A condição de mulher negra e chefe de família é compreendida pelas entrevistadas como uma experiência marcada pela sobrecarga, pela discriminação e pela responsabilização exclusiva pela manutenção da vida familiar. As falas evidenciam sentimentos de exaustão, invisibilidade social e ausência de reconhecimento, especialmente quando comparadas à postura dos homens, frequentemente descritos como ausentes ou irresponsáveis (Quadro 3).

Quadro 3 – Significados atribuídos pelas entrevistadas a “ser mulher negra chefe de família”

Categorias analíticas	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Significados de ser mulher negra chefe de família	Força, responsabilida de e centralidade do cuidado e do trabalho.	Dor, exaustão, discriminação racial e invisibilidade social.	Autonomia, liberdade e superação da violência e da dependência.	Referência de resistência, autoestima e valorização da independência feminina.	Força Resistência discriminaçã o racial.	Invisibilidade social. Discriminação Resistência.

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

A E2 afirma que ser mulher negra chefe de família “*dói demais, é muita discriminação, a gente sofre por ser mulher sozinha e ser preta*”, destacando o peso da maternidade solo e do racismo estrutural. Essa percepção dialoga diretamente com Almeida (2019), ao conceituar o racismo estrutural como um sistema que organiza as relações sociais, produzindo desigualdades persistentes e naturalizadas. Nesse contexto, as mulheres negras ocupam posições de maior vulnerabilidade, sendo frequentemente invisibilizadas pelas políticas públicas e pelo mercado de trabalho.

A discriminação racial aparece associada à desvalorização social e econômica, reforçando estigmas históricos. Conforme aponta Lélia Gonzalez (1988), o lugar social da mulher negra no Brasil foi historicamente construído a partir da exploração do trabalho e da negação de direitos, o que ainda repercute nas trajetórias contemporâneas. As narrativas analisadas confirmam essa permanência, ao revelarem dificuldades de acesso a emprego digno, saúde e proteção social.

Ao mesmo tempo, ser chefe de família também é percebido como espaço de aprendizado, fortalecimento e autonomia. A E3 destaca a liberdade conquistada após romper com um relacionamento abusivo, associando a chefia familiar à paz e à autodeterminação. Essa experiência se aproxima da reflexão de bell hooks (2019), ao defender que a libertação das mulheres negras passa pelo rompimento com estruturas de dominação afetiva, econômica e simbólica.

Outro ponto relevante é que os valores transmitidos aos filhos – como honestidade, valorização dos estudos e independência – reforçam o papel educativo dessas mulheres, que atuam como referências morais e sociais. Segundo Carvalho (2004), a família chefiada por mulheres não representa desorganização social, mas uma reorganização das funções

familiares frente às transformações sociais e econômicas.

Dessa forma, a chefia feminina negra se configura simultaneamente como espaço de sofrimento e resistência. As mulheres entrevistadas não apenas enfrentam as desigualdades estruturais, mas constroem estratégias cotidianas de enfrentamento, reafirmando sua capacidade de transformação social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral compreender as trajetórias e as experiências de vida de mulheres negras, mães solo e chefes de família atendidas pelo projeto Bom Samaritano, analisando como suas narrativas revelam a interseção entre vulnerabilidade social, desigualdades raciais e as estratégias de sobrevivência e autonomia que constroem. Por isso, foi realizada uma entrevista com seis mulheres negras atendidas no projeto Bom Samaritano.

A família é considerada a base da sociedade, integra as construções humanas e é um dos alicerces; serve para nortear as ações do indivíduo e suas relações sociais, sendo uma criação humana voltada à regulação de um convívio social. A família vai se transformando, pois é dinâmica, na medida em que o tempo avança e a própria família também se transforma. Portanto, a família ela é a-histórica não se define e se transforma de acordo com a estrutura social vigente; além disso, não se pode esquecer que ela é um espaço de afeto, proteção e desenvolvimento.

A partir das leituras realizadas e dos resultados obtidos, conclui-se que, apesar da ideologia secular de que a família é composta por pai provedor e mãe cuidadora do lar e dos filhos, o que vemos hoje é um número significativo de mulheres que assumem sozinhas a total responsabilidade pelos filhos, sendo as principais provedoras economicamente e cuidadoras do lar e dos filhos. Os resultados da pesquisa desmistificaram o pensamento que eu tinha antes dela: eu acreditava que as mulheres negras atendidas no projeto Bom Samaritano, que eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, estavam acomodadas. No entanto, esse entendimento foi desconstruído ao longo da pesquisa. Em sua maioria, essas mulheres, chefes de família e mães solo, têm uma vida exaustiva, de sobrecarga, enfrentam muitas dificuldades no dia a dia e, nem por isso, desistem. Elas são fortes, guerreiras, têm uma postura de resistência e persistência e sentem orgulho de ser mulher negra. Muitas vezes, o que falta para elas são as oportunidades e políticas públicas mais bem direcionadas para esse público.

Destaca-se também, nesse estudo a valorização da educação como estratégia fundamental para a transformação social, incentivando os filhos a trilharem caminhos diferentes dos que elas trilharam.

Diante dos resultados encontrados, faz-se necessário uma revisão e modificação na forma de atender essas mulheres e de implementar estratégias específicas que correspondam às necessidades das demandas, de acordo com o projeto de vida dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. **Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois**. Lisboa: Ciências Sociais, 2006.
- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BECKER, Gary S. Human capital and poverty. **Familia et Vita**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 19-25, 1996. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/121791468764735830/pdf/multi0page.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2026.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **O capital social: notas provisórias**. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, [s. l.], v. 37, p. 537-572, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Famílias chefiadas por mulheres**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Família contemporânea e políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2016.

CORREIO 24 horas. **ONU aponta Salvador como a 13ª cidade mais violenta do mundo**. Salvador, 2014. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/salvador/onu-aponta-salvador-como-a-13a-cidade-mais-violenta-do-mundo-0414>. Acesso em: 20 jan. 2026.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. São Paulo, mar. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 16 mar. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva: o preconceito e a justiça**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

FONSECA, Claudia. Apresentação-de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, [s. l.], p. 9-35, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/HGmvJqhKdZ5HKywG5VCfRNv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Educação e projetos de vida: da educação integral ao projeto de vida**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Record, 2011.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 86-104

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2019/07/Gonzales-1984-Racismo-e-Sexismo-na-Cultura-Brasileira.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HEILBORN, Maria Luiza. Família e sexualidade. *In*: Souza, L. de; Heilborn, M. L. (Orgs.). **Família e individualidade: gênero, sexualidade e reprodução**. Rio de Janeiro: FGV, 2004

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens. **Agência IBGE Notícias**, 25 out. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens#:~:text=Censo%202022:%20Em%2012%20anos,de%20homens%20%7C%20Ag%C3%Aancia%20de%20Not%C3%ADcias>. Acesso em: 11 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9846733035d778cea2d34f21060b71fe.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Taxa de desocupação cai a 7,8% em 2023, menor patamar desde 2014. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39022-taxa-de-desocupacao-cai-a-7-8-em-2023-menor-patamar-desde-2014>. Acesso em: 23 fev. 2025.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. **Política**, [s. l.], n. 2, p. 35–51, jul. 2015. Disponível em: <https://associacaokeynesianabrasileira.org/wp-content/uploads/2019/09/lena-lavinas.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

MARICATO, Erminia. **Para atender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão. *In*: **Pré-evento mulheres chefes de família: crescimento, diversidade e políticas**. Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, 13p. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Mendes_texto.pdf.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PETRINI, Giancarlos. **Pós- modernidade e família**. Bauru: Edusc, 2003.

PETRINI, Giancarlos; DIAS, Marcelo Couto. **Família no debate, cultura e política contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PETRINI, Giancarlos *et al.* Projeto de vida e inclusão social. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA (SEMOC), 9., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UCSal, 2006.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em: <https://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICHARDSON, Roberto. Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral e os sentimentos**. 7. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Voze's, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Antonio Mateus de C. "Territorialização" e pobreza em Salvador–Ba. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 17-30, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/202>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SOUZA, Maria Isabele Duarte de *et al.* Pobreza, Desigualdade Social e Território: ambiência de atuação da Política Pública de Assistência Social. **Emancipação**, v. 19, n. 2, 2019. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A16%3A27534896/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A140950176&crl=c&link_origin=scholar.google.com.br. Acesso em: 15 abr. 2025.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

YUNES, Maria Angela Mattar; SZYMANSKI, Heloísa. Resiliência: Noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, José. **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

A Senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa **“Família em mudanças: mulheres negras, chefes de família - entre estratégias de sobrevivência e projeto de vida”** Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que a senhora não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. Esta pesquisa tem por objetivo: Compreender como mulheres negras que atuam como chefes de família enfrentam os desafios impostos pelas desigualdades sociais, econômicas e raciais, analisando de que maneira constroem estratégias de sobrevivência e elaboram projetos de vida que garantem o sustento, o cuidado e a continuidade de suas famílias. A pesquisa visa identificar os principais desafios econômicos, sociais e emocionais enfrentados por mulheres negras no papel de chefes de família. A entrevista terá duração aproximada de meia hora, onde será questionado sobre sua trajetória família, seus meios de sobrevivência e quais projetos de vida. Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso a Sra. decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo. Você não terá nenhum gasto e não receberá remuneração, mas se tiver alguma despesa ou dano, decorrente da participação na pesquisa, terá garantido o ressarcimento e terá ainda o direito à indenização nos termos da Lei conforme indicado nas Resoluções CNS 466/12 e 510/16. Será mantido em sigilo absoluto durante todas as fases da pesquisa. Esta entrevista será gravada caso à senhora autorize. Além disso, solicito sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Família e publicar em revistas científicas nacionais e/ou internacionais, meios de comunicação e internet (Instagram, facebook, entre outros).

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são emocionais , psicológicos, sociais como: exposição emocional, ao relembrar situações difíceis de vida, como pobreza, abandono , receio de julgamento ,ou estigmatização, mesmo sob anonimato, para amenizar esses riscos , serão adotadas as seguintes estratégias, todos os participantes assinarão o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido , as entrevistas serão voluntárias , anônimas e confidenciais, as participante poderão interromper ou recusar a entrevista a qualquer

momento , sem prejuízo ou consequência . Caso alguma participante demonstre sofrimento emocional, será atendida pela psicóloga Ilce Blumetti CRP 03/198 .Tomaremos todas as providências para minimizar esses riscos, incluindo a criação de um ambiente seguro e acolhedor durante as entrevistas, e oferecendo apoio emocional se necessário. Os possíveis Benefícios: A pesquisa pode não trazer benefícios diretos aos participantes, mas contribuirá Este estudo contribui para ampliar a compreensão sobre as transformações nas estruturas familiares brasileiras, destacando o protagonismo das mulheres negras como chefes de família. Ao dar visibilidade às suas trajetórias, desafios e estratégias de resistência, a pesquisa fortalece o reconhecimento social e acadêmico dessas mulheres como agentes fundamentais na construção e manutenção de seus lares e comunidades. Do ponto de vista acadêmico, o trabalho oferece subsídios para reflexões interdisciplinares nos campos das ciências sociais, estudos de gênero, relações raciais e políticas públicas, podendo servir como base para futuras pesquisas. Também colabora para o fortalecimento do debate sobre interseccionalidade no contexto brasileiro. Socialmente, a pesquisa pode contribuir para o enfrentamento de estigmas e estereótipos que historicamente recaem sobre as mulheres negras e suas famílias. Além disso, ao evidenciar suas vozes, lutas e conquistas, o estudo pode incentivar a formulação de políticas públicas mais justas, inclusivas e sensíveis às realidades que essas mulheres vivem. Por fim, o trabalho oferece às próprias mulheres que se veem refletidas no estudo a possibilidade de se reconhecerem em suas potências, resiliências e capacidades de transformação, fortalecendo o sentimento de pertencimento e valorização de suas identidades.

Em caso de dúvida ou denúncia, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica do Salvador – CEP/UCSal, que autorizou a realização desta pesquisa. O CEP fica localizado no Campus Pituáçu, Prédio B (CEAD), Av. Professor Pinto de Aguiar, 2589 – Pituáçu - CEP. 41.740-090 - Salvador-BA. Funciona de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13 à 17h. Tel.: (71) 3206-7830. E-mail: cep@ucsal.br.

Telefone e e-mail da pesquisadora: cristiane.sena@ucsal.edu.br,
telefone (71) 98723-5573

Eu, _____, após ter conhecimento dos objetivos e de como será feita a pesquisa e ter recebido todas as explicações e esclarecidas as dúvidas; declaro que concordo em participar de forma voluntária desta pesquisa e que a entrevista seja gravada.

Assinatura do participante

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Cristiane Da Paixão Lima Sena

Salvador __/__/_____

APÊNDICE B – Termo de Confidencialidade



TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: "FAMÍLIA EM MUDANÇAS: MULHERES NEGRAS, CHEFES DE FAMÍLIA - ENTRE ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E PROJETO DE VIDA"


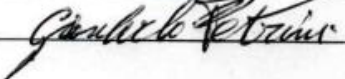
Pesquisador responsável: Cristiane da Paixão Lima Sena

Instituição: UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Local da coleta de dados: Projeto Bom Samaritano

A pesquisadora do projeto intitulado "FAMÍLIA EM MUDANÇAS: MULHERES NEGRAS, CHEFES DE FAMÍLIA - ENTRE ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E PROJETO DE VIDA" se compromete a garantir a privacidade das participantes da pesquisa cujos dados serão coletados através de pesquisa de campo, através de entrevista, concorda com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto e seus produtos (relatórios, artigos, dissertação etc.). Informa que a divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados bem como, os termos de consentimento livre e esclarecido mantidas na residência da aluna no endereço Rua Nossa Sra do Resgate, Cond. Colina Verde, bl 02, apt 03, por um período de 5 anos sob a responsabilidade de Cristiane da Paixão Lima Sena. Após este período, os dados serão destruídos, conforme acordado entre pesquisadora e participante da pesquisa no ato da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Salvador, 12 de agosto de 2025.

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Cristiane da Paixão Lima Sena	
Orientador Prof Dr Giancarlo Petrini	

APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Tema: Mulheres negras chefes de família – entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida

Objetivo da entrevista:

Compreender as vivências, desafios, estratégias e perspectivas de mulheres negras que assumem a chefia da

família, considerando o contexto social, econômico e cultural em que estão inseridas.

1. Apresentação e dados iniciais

Nome (opcional)

Idade Quantos filhos:

Escolaridade:

Local de residência:

Quantas pessoas vivem no lar e grau de parentesco:

2. Trajetória e contexto familiar

- ✓ Como se deu o processo de você assumir a chefia da família?
- ✓ Como era a dinâmica familiar antes e como é atualmente?
- ✓ Quais mudanças mais marcaram sua vida desde que assumiu essa posição?

3. Estratégias de sobrevivência

- ✓ Quais são as principais fontes de renda da família?

Como você organiza o orçamento doméstico?

Que estratégias ou soluções encontra para lidar com situações de dificuldade financeira?

Existe algum tipo de ajuda (familiares, amigos, programas sociais) que você considera essencial?

4. Projetos de vida e perspectivas

Quais são seus planos ou sonhos para o futuro, tanto para você quanto para a família?

Que ações você já iniciou para alcançar esses objetivos?

5. Experiências e reflexões pessoais

O que significa para você ser mulher negra e chefe de família?


Quais ensinamentos ou valores você procura transmitir aos membros da sua família?

Que conselho você daria para outras mulheres que vivem situação semelhante?

6. Encerramento

Existe algo que você gostaria de acrescentar e que não foi perguntado?

ANEXO A – Termo de Compromisso de Atendimento Psicológico

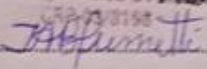


PROJETO BOM SAMARITANO / OBRA SOCIAL DA BASÍLICA
Largo do Bonfim, nº 48/49 – Bonfim – Salvador – Cep. 40.415-430
E-mail: obrassocialbomsamaritano@gmail.com
CNPJ 13.963.731/0002-85

TERMO DE COMPROMISSO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Eu, Ilce de Amorim Blumetti, inscrita no CPF 397201955-68, CRP03/8198, comprometo-me a atender as participantes da pesquisa de mestrado intitulada “**Família em mudanças: mulheres negras, chefes de família: entre estratégias de sobrevivência e projeto de vida**”, conduzida pela pesquisadora Cristiane da Paixão Lima Sena, CPF 94439532500, caso exista algum desconforto psicológico diretamente causado pela participação na referida pesquisa.

Salvador, 28 de julho de 2025.

Ilce Blumetti
Psicóloga Clínica e Psicóloga
397201955


Assinatura e carimbo do responsável

ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Família em mudanças:mulheres negras,chefes de família -entre estratégia de sobrevivência e projeto de vida

Pesquisador: CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 91313625.3.0000.5628

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.852.885

Apresentação do Projeto:

Projeto intitulado Família em mudanças: mulheres negras, chefes de família-entre estratégia de sobrevivência e projeto de vida. Área: Ciências Sociais aplicadas. Programa: Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Pesquisadora: Cristiana da Paixão de Lima Sena. Orientador: Prof Dr Giancarlo Petrini. Este trabalho analisa o papel das mulheres negras como chefes de família no Brasil contemporâneo, considerando os impactos das desigualdades raciais, de gênero e de classe em suas trajetórias. A partir de uma abordagem qualitativa e interseccional, a pesquisa busca compreender como essas mulheres conciliam estratégias de sobrevivência com a construção de projetos de vida para si e para suas famílias. Com base em revisão bibliográfica e dados sociais, o estudo revela que, apesar das adversidades, essas mulheres protagonizam formas de resistência e reorganização familiar, rompendo com estigmas e ampliando as possibilidades de autonomia e transformação social. O trabalho destaca a importância de valorizar essas experiências e de repensar políticas públicas que considerem suas especificidades.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender como mulheres negras que atuam como chefes de família enfrentam os desafios impostos pelas desigualdades sociais, econômicas e

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3208-7830 **E-:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.652.685

raciais, analisando de que maneira constroem estratégias desobrevivência e elaboram projetos de vida que garantem o sustento, o cuidado e a continuidade de suas famílias. Objetivos Secundários: Conhecer as mudanças no conceito de família; Identificar os principais desafios econômicos, sociais e emocionais enfrentados por mulheres negras no papel de chefes de família; Analisar as estratégias utilizadas para garantir o sustento e a proteção dos membros da família; Investigar como essas mulheres constroem e mantêm seus projetos de vida em meio a adversidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Essa pesquisa envolve entrevistas com mulheres em contexto de vulnerabilidade social, o que exige atenção ética e metodológica. Embora os riscos emocionais, psicológicos e sociais que precisam ser considerados, como: exposição emocional, ao relembrar situações difíceis de vida, como pobreza, abandono, receio de julgamento ou estigmatização, mesmo sob anonimato, para amenizar esses riscos, serão adotadas as seguintes estratégias, todos os participantes assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as entrevistas serão voluntárias, anônimas e confidenciais, as participantes poderão interromper ou recusar a entrevista a qualquer momento, sem prejuízo ou consequência. Caso alguma participante demonstre sofrimento emocional, será atendida pela psicóloga Ilce Blumetti CRP 03/198.

Benefícios:

Ampliar a compreensão sobre as transformações nas estruturas familiares brasileiras, destacando o protagonismo das mulheres negras como chefes de família. Ao dar visibilidade às suas trajetórias, desafios e estratégias de resistência, a pesquisa fortalece o reconhecimento social e acadêmico dessas mulheres como agentes fundamentais na construção e manutenção de seus lares e comunidades.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta uma temática relevante ao desejar evidenciar o papel das mulheres negras considerando desigualdades sociais associando estratégias de sobrevivência e construção de projetos de vida.

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê
Bairro PITUAÇU CEP: 41.740-090
UF: BA Município SALVADOR
Telefone (71)3206-7830 E- cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.852.885

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos devidamente apresentados na plataforma Brasil: folha de rosto, termo de confidencialidade, TCLE, declaração de anuência, cronograma, orçamento, carta de autorização para acompanhamento psicológico.

Recomendações:

Ausentes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2602373.pdf	17/09/2025 12:04:42		Aceito
Outros	projetoalterado.pdf	17/09/2025 12:01:37	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	17/09/2025 11:58:24	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoCris.pdf	18/08/2025 11:17:56	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
Outros	termodeconfidencialidade.pdf	15/08/2025 13:44:05	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	15/08/2025 12:53:38	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
Cronograma	Cronograma1.pdf	15/08/2025 12:51:29	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termodeconsentimento3.pdf	14/08/2025 17:56:52	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CARTAPSICOLOGO.pdf	13/08/2025 11:59:03	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CARTAAUTORIZA.pdf	13/08/2025 11:57:56	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETOCRISDISSERTACAO.pdf	13/08/2025 11:56:12	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
Projeto Detalhado /	PROJETOCRIS.pdf	13/08/2025 11:55:30	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê
Bairro PITUAÇU CEP: 41.740-090
UF: BA Município SALVADOR
Telefone (71)3208-7830 E- cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.852.885

Brochura Investigador	PROJETOCRIS.pdf	13/08/2025 11:55:30	CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA	Aceito
--------------------------	-----------------	------------------------	----------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:


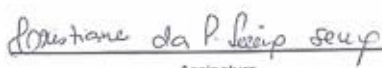

Não

SALVADOR, 23 de Setembro de 2025

Assinado por:
Verena Loureiro Galvão
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador.Campus Pituaguá,Comitê
Bairro PITUAÇU CEP: 41.740-080
UF: BA Município SALVADOR
Telefone (71)3206-7830 E- cep@ucsal.br

ANEXO C – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa Família em mudanças mulheres negras, chefes de família - outro estratégia de sobrevivência e projeto de vida			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 8			
3. Área Temática			
4. Área do Conhecimento Grande Área 6 Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR			
5. Nome CRISTIANE DA PAIXAO LIMA SENA			
6. CPF 944.395.325-00		7. Endereço (Rua, n.º) RUA NOSSA SENHORA DO RESGATE, 162 RESGATE SALVADOR BAHIA 41152000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 71987235573	10. Outro Telefone:
		11. Email: crispaixaos@gmail.com	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: 14 / 08 / 2025		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA		13. CNPJ: 13.970.322/0001-05	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: (71) 3324-7500		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: SILVANA SA DE CARVALHO		CPF: 545.261.835-04	
Cargo/Função: PRO REITORA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO			
Data: 18 / 08 / 2025		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			



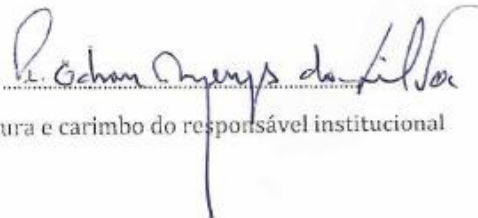
ANEXO D – Carta de anuência

PROJETO BOM SAMARITANO / OBRA SOCIAL DA BASÍLICA
Largo do Bonfim, nº 48/49 – Bonfim – Salvador – Cep. 40.415-430
E-mail: obrassociaisbomsamaritano@gmail.com
CNPJ 13.963.731/0002-65

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Edson Menezes da Silva, na qualidade de responsável legal da instituição, declaro conhecer o Projeto de Pesquisa intitulado **“Família em mudanças: mulheres negras, chefes de família: entre estratégias de sobrevivência e projeto de vida”**. **Tem por objetivo: Identificar quais estratégias de sobrevivência e suas expectativas de vida das mulheres que são atendidas no Projeto Bom Samaritano**, autorizo a sua realização a ser conduzida sob a responsabilidade da aluna Cristiane da Paixão Lima Sena, sob orientação da **Prof. Dr Giancarlo Petrini**. Declaro, ainda, que esta instituição apresenta a infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta declaração é válida apenas no caso da aluna apresentar o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 17 de julho de 2025.



Assinatura e carimbo do responsável institucional